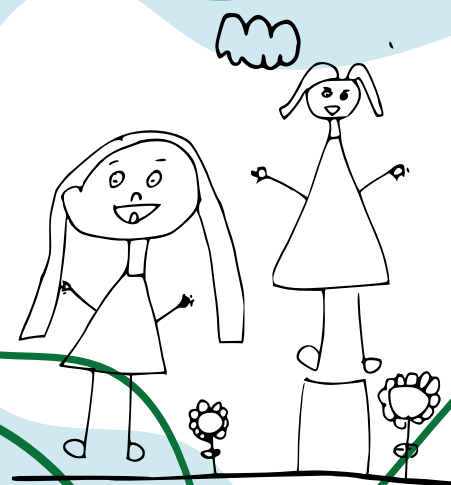


DOCUMENTO
REFERENCIAL
CURRICULAR



Educação INFANTIL

SECRETARIA
DE **EDUCAÇÃO**



PREFEITURA
**LUCAS DO
RIO VERDE**

DADOS TÉCNICOS

PREFEITO MUNICIPAL
Miguel Vaz Ribeiro

VICE PREFEITO
Joci Piccini

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Elaine Benetti Lovatel

ASSESSORAS PEDAGÓGICAS

- Carlise Pelissari
- Jilvana Vitorassi

Consultoria Pedagógica

- Israel Boniek Gonçalves - Instituto Infâncias

Secretaria Municipal de Educação

Av. América do Sul, 2500 – S

Parque dos Buritis

Lucas do Rio Verde – MT

CEP: 78.455-000

Fone: (65) 3548-8306/3549.8300

E-mail: secretaria.educacao@lucasdorioverde.mt.gov.br

Documento de Referência Curricular para a Rede Municipal de Lucas do Rio Verde/MT: Educação Infantil – Lucas do Rio Verde, Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Educação. 2025

1. Base Nacional Comum Curricular
2. Educação Infantil
3. Planejamento
4. Organizador Curricular
5. Trabalho Pedagógico.

COMISSÃO DE ESTUDOS E REVISÃO DO DOCUMENTO DE REFERÊNCIA CURRICULAR - DRC

Creche Municipal Menino Jesus

- Renilva Pereira Paulatti
- Leticia Carvalho Silva Marques

Creche Municipal Irmãs Carmelitas de Vedruna

- Lenir Saraiva Gallo
- Ivone Campos de Quadros

Creche Municipal Anjo da Guarda

- Rozangela Prezotto
- Vania Fontes Teixeira Pereira

C.E.I. Irmã Dulce

- Sueyla Ferreira Santos
- Ellen Thais Almeida Batista da Silva

C.E.I. Girassol

- Eliane Carmo Guardia Correia
- Valeria Pacheco Macedo Moraes

C.E.I. Darcy Ribeiro

- Zulma Medeiros Viola
- Leiliane Sampaio Santos

C.E.I. Pequeno Príncipe

- Janete Aparecida Peixoto da Silva Soares
- Daiane de Almeida
- Camila de Carli Anhaia

C.E.I. Aquarela

- Vanessa Furlan
- Gisliane Martins dos Santos Opencoski
- Michelly Lima Gabrielczyk

C.I.E.I. Anjo Gabriel

- Carla Graziela Mior Hartmann
- Margareth Pereira dos Santos
- Josevine Marcon Prevedello

C.E.I. Paulo Freire

- Terezinha Batista Vallin
- Patrícia Daiane Brandalizzi

C.E.I. Balão Mágico

- Esquivaine Severino Barboza Peres
- Eliana Aparecida Murilia
- Larissa Carvalho Costa

E.M.E.I.E.F. Menino Deus

- Marilete Zampieron

E.M. Profª Joice Martinelli Munhak

- Marcela Rosa Gonçalves Reginato

E.M. Profº Marcelino Espindola Dutra

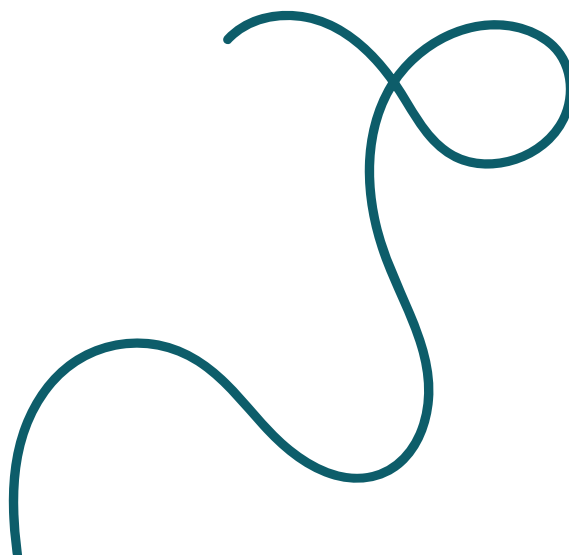
- Taysa Delarcos de Oliveira

Conselho Municipal de Educação - CME

- Juliana Gonçalves de Souza França
- Edineia Rocha Bezerra

Secretaria Municipal de Educação - SME

- Carlise Pelissari
- Jilvana Vitorassi
- Magda Aparecida Agnoletto Lanzarin



APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação de Lucas do Rio Verde apresenta este documento orientador, desenvolvido em colaboração com profissionais da rede de Educação Infantil do município, como um conjunto de recomendações para as práticas educativas em creches e pré-escolas. Com o compromisso de garantir uma educação de qualidade, fundamentada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (Resolução CNE/CEB nº 5/2009) e nos Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil (Resolução CNE/CEB nº 1, de 17 de outubro de 2024), as orientações aqui presentes traduzem ações para o desenvolvimento integral das crianças, que, ao valorizar suas singularidades, têm nos conceitos de criança potente e desbravadora, assim como na valorização das experiências do cotidiano, os pilares norteadores de todas as práticas.

A construção coletiva das Orientações Pedagógicas da Educação Infantil, realizada pelo Grupo de Trabalho constituído em maio de 2025 e representado pelos diversos segmentos das Unidades Educacionais, evidencia a responsabilidade com a educação ao longo da vida, desde a primeira infância. Intenciona-se orientar e consolidar as práticas educativas que priorizam a escuta ativa, o protagonismo e a autoria infantil, haja vista que o desenvolvimento das crianças está intimamente ligado ao seu papel ativo no processo de aprendizagem e, ao mesmo tempo, à relação com os educadores.

Ao incorporar o conceito de criança potente e o cotidiano infantil como elementos centrais, reforça-se a importância de práticas educativas que respeitem as vivências e o contexto social das crianças, integrando esses aspectos no processo formativo.

Autores como Vygotsky, Bruner e Rogoff defendem que o desenvolvimento infantil ocorre por meio das interações sociais e do contexto em que as crianças vivem. Nesse sentido, o cotidiano e uma cultura que valoriza as experiências infantis são basilares na formação da primeira infância. Vygotsky (1984) afirma que a aprendizagem depende dessas interações; Bruner (1996), por sua vez, ressalta que, ao partir das experiências das crianças, as aprendizagens tornam-se significativas. Dessa forma, ao articular esses elementos na Educação Infantil, promove-se o desenvolvimento integral e a construção de sentidos para as experiências cotidianas do mundo, considerando suas histórias, conquistas e subjetividades.

Reafirma-se, assim, o compromisso da Secretaria Municipal de Educação em valorizar a primeira infância como uma etapa essencial no desenvolvimento humano.

A Criança é Feita de Cem

**Loris Malaguzzi*

A criança tem cem mãos, cem pensamentos, cem modos de pensar, de jogar e de falar.

Cem, sempre cem modos de escutar as maravilhas de amar.

Cem alegrias para cantar e compreender.

Cem mundos para descobrir. Cem mundos para inventar.

Cem mundos para sonhar.

A criança tem cem linguagens (e depois, cem, cem, cem), mas roubaram-lhe noventa e nove.

A escola e a cultura separam-lhe a cabeça do corpo.

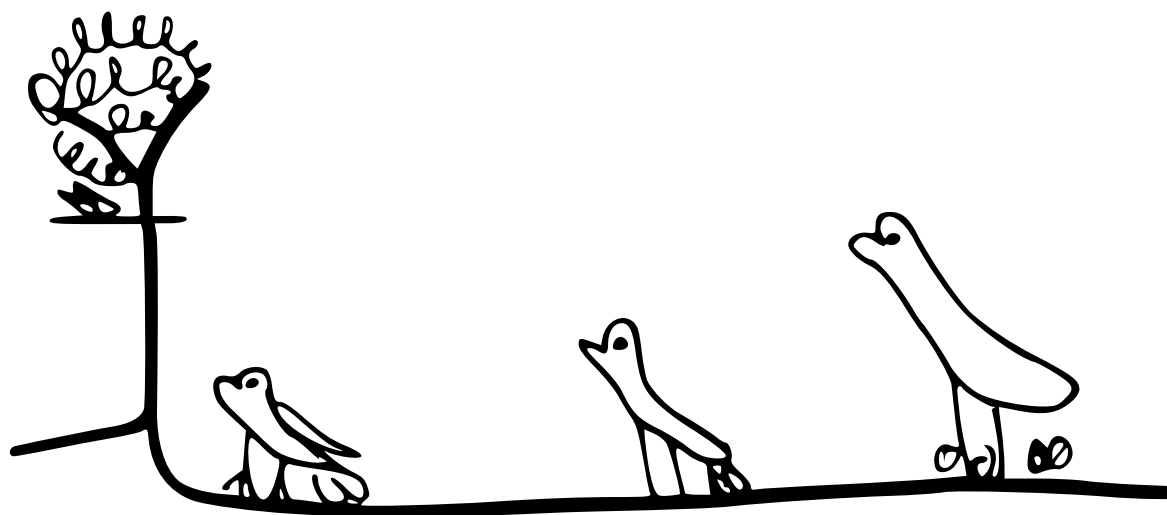
Dizem-lhe: de pensar sem as mãos, de fazer sem a cabeça, de escutar e de não falar,

De compreender sem alegrias, de amar e maravilhar-se só na Páscoa e no Natal.

Dizem-lhe: de descobrir o mundo que já existe e, de cem, roubaram-lhe noventa e nove.

Dizem-lhe: que o jogo e o trabalho, a realidade e a fantasia, a ciência e a imaginação, o céu e a terra, a razão e o sonho, são coisas que não estão juntas.

Dizem-lhe: que as cem não existem. A criança diz: ao contrário, as cem existem.



João Gabriel Dias dos Santos -6 anos
CEI-Aquarela



Educação Infantil

O Referencial Curricular da Educação Infantil de Lucas do Rio Verde/MT nasce do compromisso do município com uma educação que reconhece a criança como sujeito de direitos, capaz, potente e protagonista de suas próprias aprendizagens. Este documento orienta e inspira o trabalho pedagógico realizado nas instituições de Educação Infantil, consolidando uma visão de infância que valoriza a curiosidade, a imaginação, a brincadeira, as interações e as múltiplas linguagens como fundamentos do aprender e do viver.

Construído de forma colaborativa entre professores, coordenadores, gestores e equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, este referencial expressa um movimento coletivo de estudo, reflexão e escuta das práticas que acontecem diariamente nas escolas e creches do município. Ele dialoga diretamente com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com as especificidades culturais, sociais e históricas de Lucas do Rio Verde, garantindo coerência entre legislação, políticas públicas e práticas pedagógicas significativas.

Mais do que um conjunto de orientações, este documento se constitui como um instrumento vivo, em constante construção, que respeita os tempos da infância, a singularidade de cada criança e a riqueza das experiências que emergem nos espaços educativos. Ao reconhecer os tempos, os espaços, as interações, os vínculos, os cuidados e o brincar como eixos estruturantes, o referencial reafirma que educar e cuidar são dimensões indissociáveis e fundamentais para o desenvolvimento integral.

Ao propor caminhos para o planejamento, a avaliação, a documentação pedagógica, a organização das rotinas e a escolha intencional de materiais e ambientes, o Referencial Curricular busca fortalecer práticas que favoreçam a investigação, a autonomia, a participação e o protagonismo das crianças. Convida, também, os profissionais da educação a assumirem uma postura investigativa e reflexiva, compreendendo-se como mediadores sensíveis, atentos e comprometidos com a formação humana desde os primeiros anos de vida.

Esperamos que este documento ilumine percursos, qualifique práticas e amplie horizontes. Que ele inspire cada educador a construir experiências pedagógicas mais ricas, mais humanas e mais alinhadas ao sonho de uma infância respeitada, valorizada e plenamente vivida em Lucas do Rio Verde.

Sobre a Construção do Documento Referencial Curricular da Educação Infantil de Lucas do Rio Verde

- A elaboração do Documento Referencial Curricular da Educação Infantil de Lucas do Rio Verde/MT foi realizada ao longo do ano de 2026 por um grupo de estudos constituído por professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares e equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação. O processo foi guiado por uma metodologia colaborativa, dialógica e formativa, assegurando que o documento refletisse tanto as diretrizes nacionais quanto as necessidades, práticas e identidades educacionais do município.
- A construção do referencial se fundamentou em eixos metodológicos como: formação continuada, grupos de estudo, análise de documentos, debates sistemáticos e socialização de ideias. Todo o percurso foi conduzido pelo Instituto Infâncias juntamente com a equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, e combinou encontros presenciais e online, permitindo a participação ampliada do grupo estudos ao longo do ano.

Parâmetros legais

- Durante o processo, foram promovidos módulos formativos voltados à compreensão das bases legais e conceituais da Educação Infantil, incluindo DCNEI (2010), BNCC (2018), RNCEI, Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil e referências contemporâneas sobre infância, currículo, avaliação, documentação pedagógica, espaços, tempos e cuidado.
- Essas formações serviram de base teórica para orientar o trabalho do grupo de estudos e alinhar concepções antes da escrita do documento.
- É importante ressaltar que a revisão da Proposta Pedagógica deve ocorrer de forma periódica, respeitando o intervalo máximo de três anos, conforme orientações do MEC, garantindo que o documento permaneça vivo, atualizado e coerente com as demandas contemporâneas da Educação Infantil. Esse processo precisa ser colaborativo, envolvendo a participação ativa de professores, coordenação pedagógica, gestão e demais membros da comunidade escolar, assegurando que diferentes vozes contribuam para o aprimoramento contínuo das práticas educativas. Ao promover uma revisão coletiva e democrática, o município reafirma seu compromisso com a qualidade social da educação, com a escuta sensível e com a construção de um currículo que reflita a realidade, a identidade e as necessidades das crianças de Lucas do Rio Verde.

Grupos de Estudo

Durante a construção do DRC foram organizados grupos de estudo temáticos, com encontros destinados à análise aprofundada de textos e orientações curriculares. Os grupos discutiram conceitos estruturantes, como:

- concepção de criança e desenvolvimento;
- currículo na Educação Infantil;
- planejamento;
- tempos, espaços, materiais e interações;
- documentação e avaliação.

Cada grupo registrou sínteses e produziu proposições que serviram como insumos para a escrita coletiva.

O percurso formativo considerou a importância da leitura crítica de documentos nacionais, produções acadêmicas e legislações vigentes, onde as análises comparativas permitiram identificar convergências e orientar a definição das concepções adotadas no referencial municipal.

Debates, Rodas de Conversa e Socialização de Ideias

Cada etapa do processo foi marcada por debates coletivos, nos quais as equipes discutiam divergências, ajustavam concepções e verificavam a coerência entre teoria e prática. Rodas de conversa, plenárias e socializações parciais possibilitaram que diferentes vozes contribuíssem, garantindo pluralidade e legitimidade ao documento final.

A metodologia combinou ainda diferentes formatos de trabalho, assegurando continuidade e flexibilidade:

- Encontros presenciais, voltados à formação prática, escrita colaborativa e decisões coletivas;
- Reuniões online, utilizadas para debates intermediários, leitura compartilhada de textos e ajustes nas versões preliminares.
- Essa alternância permitiu maior participação dos profissionais e garantiu consistência no processo de construção.

Síntese da Metodologia

O percurso metodológico adotado se caracteriza por ser formativo, participativo e reflexivo, envolvendo:

- estudo aprofundado das bases legais;
- diálogo sobre teoria e prática;
- escrita colaborativa;
- análise crítica das práticas da rede;
- construção coletiva de diretrizes coerentes com a realidade das escolas de Lucas do Rio Verde.
- Assim, o Referencial Curricular da Educação Infantil do município nasce de um movimento coletivo que valoriza a escuta, o estudo, a reflexão e o compromisso ético com a infância. Ele é resultado de um ano de trabalho intenso, fundamentado em conhecimentos sólidos, trocas significativas e na convicção de que a Educação Infantil merece um currículo vivo, sensível e alinhado às necessidades das crianças e dos profissionais que as acompanham.



“A CRIANÇA É SUJEITO DE DIREITOS E
PROTAGONISTA DE SUA PRÓPRIA HISTÓRIA, E O
CURRÍCULO DEVE GARANTIR CONDIÇÕES PARA
QUE ELA VIVA PLENAMENTE SUA INFÂNCIA.”

RCNEI (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil)

Sumário

- Apresentação **04**
- A Criança é Feita de Cem - *Loris Malaguzzi **05**
- Educação Infantil **06**
- Sobre a Construção do Documento Referencial Curricular da Educação Infantil de Lucas do Rio Verde **07**

12 A INFÂNCIA, UM CONCEITO EM TRANSFORMAÇÃO

- A infância em perspectiva **13**

16 O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM LUCAS DO RIO VERDE

- A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO **19**

23 A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE

- Construindo um conceito de criança potente **24**

29 INCLUSÃO

- A Educação Inclusiva na Educação Infantil **30**

32 PROTAGONISMO INFANTIL

- FORTALECENDO UMA EDUCAÇÃO QUE VALORIZA O PROTAGONISMO INFANTIL **33**

35

FUNDAMENTOS
ORIENTADORES DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
EM LUCAS DO RIO
VERDE

41 O BRINCAR

- O brincar como linguagem da infância e elemento articulador das aprendizagens 42

44

O PAPEL DO EDUCADOR

47

ORIENTAÇÃO DAS
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

55

A CULTURA DO ESCRITO
NA EDUCAÇÃO INFANTIL
EM SEU UNIVERSO DE
MÚLTIPLAS
LINGUAGENS

OBSERVAÇÃO E
AVALIAÇÃO NA
EDUCAÇÃO INFANTIL 57

A ARTICULAÇÃO ENTRE OS
CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS
E OS OBJETIVOS DE
APRENDIZAGEM E
DESENVOLVIMENTO NA
EDUCAÇÃO INFANTIL

61

CONSIDERAÇÕES FINAIS

71

ANEXO 73

REFERÊNCIAS 77



REBEKA HELENA BRITO FEITOZA - 5 ANOS
CEI - ANJO GABRIEL



A infância, um conceito em transformação





A infância em perspectiva: um conceito em transformação

A história da educação infantil ao redor do mundo revela como o conceito de infância evoluiu ao longo do tempo, refletindo mudanças culturais, sociais e econômicas significativas. Este percurso histórico ilustra as transformações nas percepções sobre as necessidades e direitos das crianças e, ao mesmo tempo, a crescente valorização de sua educação como uma fase fundamental para o desenvolvimento humano. Essa evolução é documentada por diferentes estudiosos da sociologia da infância, que analisam as visões históricas sobre a criança e discutem a importância de perspectivas pedagógicas que respeitem a singularidade dessa etapa da vida (Rousseau, 1762; Montessori, 1936; Ariès, 1960; Piaget, 1976; Vygotsky, 1984; Malaguzzi, 1998; Bronfenbrenner, 2005).

A concepção da infância como uma fase distinta da vida, dotada de necessidades, direitos e características próprias, é relativamente recente. Historicamente, as sociedades trataram as crianças de maneiras que refletiam suas concepções sobre o desenvolvimento humano e o papel social e familiar da criança. Essa visão evoluiu com o tempo, passando de uma indiferença à especificidade da infância para um reconhecimento crescente de suas particularidades, impulsionado por mudanças que influenciaram profundamente as práticas educativas (Ariès, 1981).

Desde a Antiguidade, em sociedades como a Grécia e Roma, as crianças eram percebidas sob uma ótica utilitária, integrando-se rapidamente ao mundo dos adultos, sem distinção clara entre etapas do desenvolvimento. A infância não era vista como uma fase com necessidades próprias, e as crianças eram envolvidas em atividades adultas, assumindo responsabilidades em tenra idade. Para Ariès (1981), na Idade Média essa percepção persistiu: a infância foi considerada um período breve e pouco diferenciado, durante o qual os pequenos se envolviam em trabalho ou obrigações, sendo vistos como “pequenos adultos”. Assim, até a era moderna, faltava uma compreensão mais aprofundada da infância, o que limitava ações voltadas às necessidades particulares dessa fase.

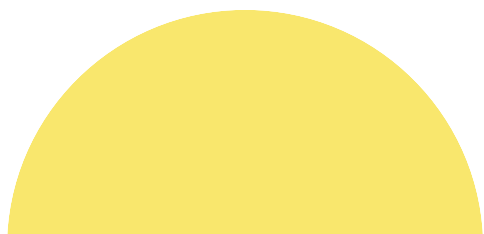
A partir da modernidade, o conceito de infância começou a se transformar significativamente. No século XVII, John Locke introduziu a ideia de que as crianças nasciam como “tábuas rasas”, destacando que o ambiente e a educação eram fundamentais para constituir o caráter e o comportamento humano. Para Locke, as crianças eram seres moldáveis que necessitavam de cuidado e orientação específicos. Essa visão contrastava com a concepção predominante de que a infância era apenas uma versão reduzida da vida adulta, reforçando a importância das experiências e do ambiente no desenvolvimento das crianças (Ariès, 1981).

Ariès (1981) destaca que, no século XVIII, Jean-Jacques Rousseau reformulou profundamente as ideias sobre a infância. Em *Emílio, ou Da Educação* (1762), Rousseau afirmou que as crianças são naturalmente boas e deveriam ser protegidas das influências corruptoras do mundo adulto. Para ele, a infância representava uma fase única de desenvolvimento, que exigia atenção especial e uma educação sensível às particularidades infantis. Ao propor uma educação alinhada às etapas de desenvolvimento, Rousseau influenciou toda a perspectiva pedagógica da época.

No século XIX, consolidou-se a visão da infância como uma fase de inocência e pureza, na qual as crianças passaram a ser percebidas como vulneráveis e merecedoras de proteção. Esse período coincidiu com a Revolução Industrial, marcada pelo trabalho infantil. No entanto, movimentos sociais e reformas trabalhistas impulsionaram leis de proteção, resultando na gradual proibição do trabalho infantil em várias regiões. Esse cenário estabeleceu as bases para uma nova compreensão da infância como um período que exige cuidados específicos e proteção legal (Kuhlmann Jr., 2010).

A implementação da educação obrigatória e a valorização da escolarização contribuíram para uma nova concepção de infância, na qual as crianças passaram a ser vistas como estudantes com o direito e o dever de aprender. Esse movimento consolidou a ideia de que a infância é uma fase dedicada à formação e ao desenvolvimento do conhecimento, redefinindo a percepção social sobre as responsabilidades e direitos infantis, incluindo o acesso à educação formal (Cunningham, 2005).

No século XX, a compreensão da infância passou por uma verdadeira revolução, impulsionada pelas contribuições de Montessori, Freinet, Dewey, Piaget, Vygotsky, Malaguzzi, entre outros. Esses estudiosos aprofundaram a compreensão das etapas do desenvolvimento e destacaram a infância como fase crucial na formação da personalidade, da cognição e do comportamento social. A psicologia do desenvolvimento evidenciou que cada etapa da infância possui características e necessidades próprias, transformando práticas educativas e políticas públicas em diversos países (Miller, 2005; Woodhead, 2010)



Outro aspecto marcante do século XX foi o surgimento de inovações pedagógicas centradas na autonomia da criança, com ambientes preparados e materiais específicos para a aprendizagem sensorial e cognitiva. A pedagogia montessoriana e abordagens que valorizam a expressão por múltiplas linguagens reforçaram a criança como protagonista de seu processo de aprendizagem.

Além disso, a expansão da educação infantil ao longo do século XX foi amplamente reconhecida e institucionalizada, fortalecendo políticas públicas para a educação dos primeiros anos (Kramer et al., 1999).

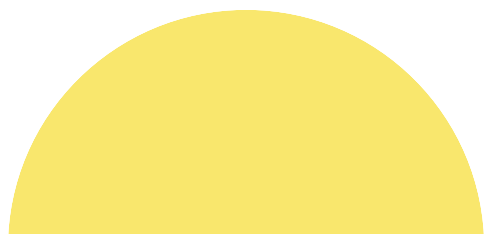
A Declaração dos Direitos da Criança (ONU, 1959) e a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) solidificaram a compreensão de que as crianças têm direitos específicos – à educação, à proteção e ao desenvolvimento pleno. Esses tratados reconfiguraram a forma como as sociedades percebem e tratam as crianças, exigindo políticas públicas e práticas educativas que assegurem seu bem-estar e desenvolvimento integral (Bueren, 1995).

No século XXI, o conceito de infância continua a evoluir, reforçando a imagem da criança como sujeito ativo, produtora de cultura e titular de direitos. A educação infantil é reconhecida como etapa fundamental em si mesma, não apenas preparatória para o ensino fundamental. Valorizam-se as experiências, interesses e culturas infantis, bem como a necessidade de atender à diversidade das infâncias.

As crianças estão imersas em culturas infantis e são produtoras delas. Essas culturas se expressam em interações, brincadeiras, narrativas, linguagens e modos próprios de significação do mundo. Variam conforme contextos sociais, territoriais e culturais, e evidenciam que as crianças são agentes socioculturais desde cedo (Sarmiento, 2004). A diversidade das experiências infantis reforça a necessidade de práticas educativas que valorizem singularidades e pertencimentos (Corsaro, 2011).

Dessa forma, o município de Lucas do Rio Verde reafirma que a educação infantil é um direito fundamental, conforme estabelecido no artigo 227 da Constituição Federal (Brasil, 1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Brasil, 1996), que organiza a Educação Básica em etapas voltadas ao desenvolvimento integral dos estudantes.

Em Lucas do Rio Verde, reconhece-se a importância da educação infantil como primeira etapa da Educação Básica, constituída por contextos de aprendizagens significativas, nos quais cada criança desenvolve sua identidade e autonomia.



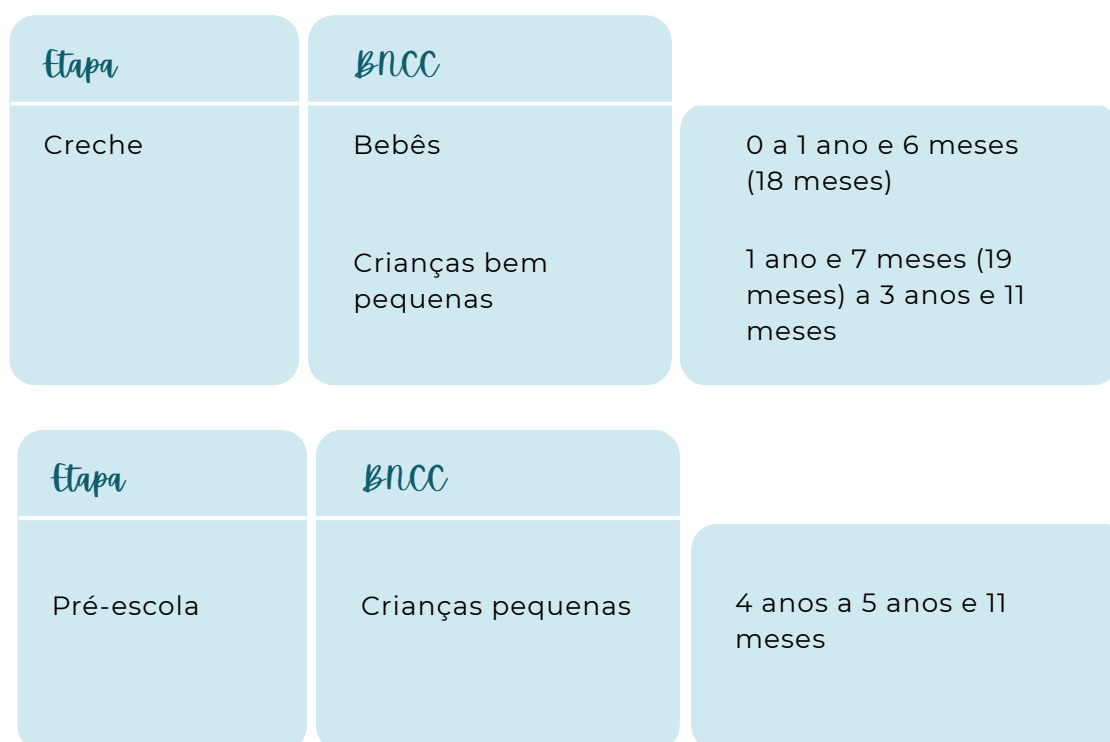


**O CONTEXTO
DA EDUCAÇÃO INFANTIL
EM LUCAS DO RIO VERDE**



A Educação Básica, obrigatória dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, é composta pelas etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei nº 9.394/96), é dever do Estado garantir educação de qualidade a todos, desde a primeira infância, assegurando o desenvolvimento integral do indivíduo.

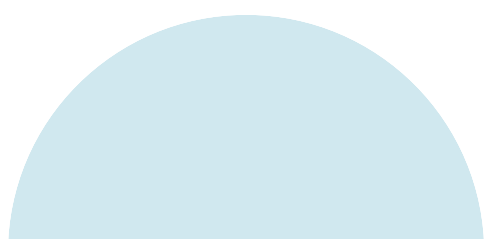
Com a BNCC (Brasil, 2018), ficou demarcada a configuração da faixa etária atendida na Educação Infantil desde os zero anos de idade até 5 anos e 11 meses, conforme apresentado no Quadro 01.



Quadro 1. Organização dos grupos por faixa etária na Educação Infantil.

A organização dos grupos por faixa etária na Educação Infantil do município reflete uma estrutura alinhada ao desenvolvimento infantil e às necessidades específicas de cada etapa. Agrupando as crianças em três grandes grupos — bebês (de 0 a 18 meses), crianças bem pequenas (de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e crianças pequenas (de 4 anos a 5 anos e 11 meses) — essa organização contempla a adaptação das práticas pedagógicas aos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento próprios de cada idade.

A segmentação respeita as fases de desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social, garantindo contextos de aprendizagem seguros e adequados, acompanhamento personalizado e planejamento pedagógico que contemple atividades específicas e desafiadoras, conforme o desenvolvimento progressivo das crianças.

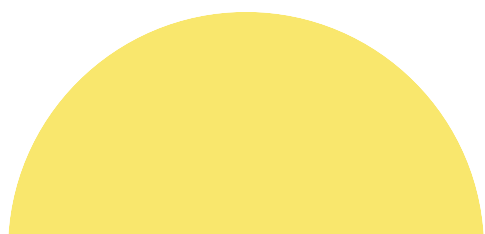


Em Lucas do Rio Verde, a estrutura e organização dos grupos está em conformidade com a BNCC, adotando a seguinte nomenclatura, conforme Resolução Normativa Municipal:

Etapa	Lucas do Rio Verde
Creche	Berçário Infantil I Infantil II Infantil III
Pré-escola	Infantil IV Infantil V

Quadro 2. Organização dos grupos por faixa etária na Educação Infantil no município de Lucas do Rio Verde.

Essa progressão de aprendizagens e desenvolvimento, em direção à formação de sujeitos éticos, críticos e criativos desde a primeira infância, remonta à construção histórica da Educação Infantil no município.



A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO

Tal como ocorre em todo o Brasil, a história da Educação Infantil no município de Lucas do Rio Verde é relativamente recente. Os principais marcos históricos e as ampliações no atendimento refletem o desenvolvimento local e a necessidade de expansão para suprir as demandas da população.

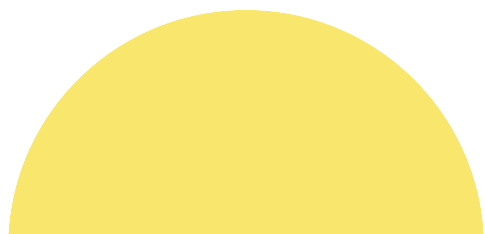
Historicamente, a trajetória da Educação Infantil em Lucas do Rio Verde está profundamente ligada à própria fundação e formação do município, marcada por constantes desafios e avanços. A cidade nasceu como uma agrovila em 5 de agosto de 1982, criada para assentar famílias agricultoras no então cerrado mato-grossense.

No percurso da Educação Infantil, destaca-se a Creche Municipal Menino Jesus, localizada na Avenida São Paulo, nº 160, no bairro Alvorada. Fundada em 17 de abril de 1988 por iniciativa de Isaura Sisti Kuritza, a creche surgiu do olhar solidário diante das dificuldades enfrentadas pelos colonos migrantes, que não dispunham de estrutura para o cuidado de seus filhos. O atendimento iniciou-se com 52 crianças, contando com o apoio da comunidade, cuja participação foi fundamental para a manutenção das atividades em um espaço improvisado.

Com o passar dos anos, Lucas do Rio Verde experimentou significativa expansão populacional e institucional. Após a emancipação municipal em 1988, iniciou-se um processo estruturado de investimentos em educação. Em 1989, com a primeira eleição municipal, o prefeito Werner Aroldo Kothrade assumiu, pelo poder público, a gestão da creche. A primeira-dama, Ana Kothrade, priorizou o fortalecimento do atendimento e, em 1991, a professora Cleci Fátima Nunes assumiu a coordenação.

Desde então, Lucas do Rio Verde tem buscado consolidar a Educação Infantil, investindo na ampliação da infraestrutura, na formação docente e na implementação de metodologias pedagógicas inovadoras. Tanto a história das construções quanto a forma participativa de organização do trabalho revelam o compromisso em garantir que todos se sintam pertencentes ao processo.

É na escola que o currículo realmente ganha vida, por meio das práticas cotidianas dos educadores. O resultado desse conjunto de políticas e esforços é um sistema educacional cada vez mais estruturado, inclusivo e promissor.



História do Atendimento à Educação Infantil no Município de Lucas do Rio Verde

- 1988 – Criação da 1ª Creche Menino Jesus, em regime assistencialista, por iniciativa de Isaura Sisti Kuritza.
- 1989 – O poder público, por meio da Assistência Social, assume a gestão da Creche Menino Jesus.
- 1989 – Na área rural, é fundada a E.M.E.I.E.F. Fredolino Vieira Barros.
- 1994 – É fundada a E.M.E.I.E.F. Menino Deus.
- 1996 – A Creche Menino Jesus passa a integrar oficialmente a Educação Básica.
- 1997 – É implantada a Proposta Curricular da Educação Infantil.
- 1997 – É fundado o C.I.E.I. Anjo Gabriel, inicialmente atendendo na E.M.E.F. Éça de Queirós.
- 1998 – É definido o Plano Estratégico Municipal, em consonância com a LDB nº 9.394/96.
- 1999 – É realizada a análise e revisão da Proposta Curricular de Lucas do Rio Verde.
- 1999 – Na área rural, é fundada a E.M.E.I.E.F. São Cristóvão.
- 2000 – 2002 – 2004 – O município recebe o Prêmio Qualidade na Educação Infantil, concedido pelo MEC à Creche Menino Jesus.
- 2001 – É realizado o estudo sobre os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil, visando à revisão dos pressupostos teóricos da Proposta Curricular.

- 2005 – Acontece a I Jornada Pedagógica da Educação Infantil, com o tema: “A criança como base de um processo de construção de hoje, amanhã e sempre.”
- 2007 – É implantado o Programa A União Faz a Vida.
- 2008 – O C.E.I. Anjo Gabriel recebe o Prêmio Professores do Brasil – 3ª edição, promovido pelo MEC.
- 2008 – É fundada a Creche Irmãs Carmelitas de Vedruna.
- 2008 – É fundada a E.M.E.I.E.F. Vinícius de Moraes, que atendeu a Educação Infantil de 2008 a 2019.
- 2008 – O município recebe o Prêmio Integración Latinoamericano, em reconhecimento à liderança da Secretaria Municipal de Educação de Lucas do Rio Verde pelos serviços e programas desenvolvidos com impacto em Mato Grosso, em outros estados brasileiros e em países do MERCOSUL.
- 2009 – É fundado o C.E.I. Pequeno Príncipe.
- 2009 – É fundada a Creche Anjo da Guarda.
- 2010 – O C.I.E.I. Anjo Gabriel recebe premiação do Programa Escola Agrinho, em Cuiabá.
- 2010 – É realizada a II Jornada Municipal de Educação Infantil, com o tema: “O tempo da infância é o tempo de aprender e... de aprender com as crianças.”
- 2013 – É fundado o C.E.I. Aquarela.
- 2013 – O município recebe novamente o Prêmio Professores do Brasil – 7ª edição (MEC), com destaque para o C.I.E.I. Anjo Gabriel.
- 2014 – O município promove o concurso “Seu Projeto Vale Prêmios”, premiando, na categoria Educação Infantil, a Creche Anjo da Guarda e, na Pré-Escola, o C.E.I. Pequeno Príncipe.
- 2015 – É criada a Brinquedoteca Municipal, espaço público que ofertava atividades lúdicas para crianças de 3 a 8 anos.


- 2018 – É fundado o C.E.I. Balão Mágico.
- 2018 – É fundado o C.E.I. Girassol.
- 2018 – Homologação do Documento de Referência Curricular (DRC) do município de Lucas do Rio Verde.
- 2020 – É fundado o C.E.I. Paulo Freire.
- 2022 – É fundada a E.M.E.I.E.F. Professora Joice Martinelli Munhak.
- 2023 – É criada a Lei nº 3.456, que institui o Plano Municipal para a Primeira Infância (PMPI).
- 2023 – O C.E.I. Darcy Ribeiro inicia suas atividades.
- 2024 – É fundada a E.M.E.I.E.F. Professor Marcelino Espíndola Dutra, inicialmente atendendo o Infantil V.
- 2024 – É criado o Prêmio Educador Transformador.
- 2024 – O C.E.I. Irmã Dulce inicia suas atividades.
- 2025 – São realizados os estudos, a revisão e a reestruturação do Documento de Referência Curricular (DRC) da Educação Infantil.

A história do município no atendimento à Educação Infantil reflete uma trajetória marcada por adaptação, expansão e compromisso crescente com o acesso e a qualidade educacional. Esse percurso se desenvolveu em resposta às demandas sociais de uma população formada, em grande parte, por famílias vindas de diferentes regiões do país e do mundo. A consolidação da Educação Infantil em Lucas do Rio Verde revela não apenas a ampliação das políticas públicas, mas também a força das famílias migrantes e imigrantes que, ao buscarem melhores condições de vida, impulsionaram a criação de novas instituições e práticas pedagógicas.

Assim, a história da Educação Infantil em Lucas do Rio Verde não se resume a uma cronologia de fundações e conquistas, mas expressa um movimento coletivo: do atendimento assistencial ao reconhecimento de práticas pedagógicas qualificadas, fundamentais para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças. Trata-se de uma caminhada que reafirma, a cada avanço, que investir na infância é construir o presente e projetar o futuro do município.



**A concepção de
Educação Infantil no
Município de Lucas do
Rio Verde**



Construindo um conceito de criança potente.

A proposta pedagógica da Educação Infantil em Lucas do Rio Verde fundamenta-se nos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (Brasil, 2006), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, Brasil, 2010), no Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI, 2020), na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, Brasil 2018), na Política Nacional Integrada para a Primeira Infância para a Educação Infantil (PNPII, Brasil, 2024), nas Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil (Brasil, 2024), no Currículo Referencial do Mato Grosso.

Por meio desse conjunto normativo a criança como sujeito de direitos é compreendida como um ser ativo e protagonista do seu processo de aprendizagem, que tem valorizada suas interações sociais, cujo conhecimento é construído coletivamente.

Destacam-se, a seguir, os princípios da educação infantil em Lucas do Rio Verde no quadro 03.



Observa-se no quadro 3 que os princípios postulados na proposta priorizam o envolvimento integrado da criança, da família, dos educadores e da comunidade, em contextos educativos de respeito mútuo, escuta ativa e coautoria.

● Criança como sujeito de direitos

A proposta do município reconhece a criança como sujeito de direitos, em consonância com a BNCC (Brasil, 2018) e com a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989). Assim, garante-se que as crianças tenham voz, participem das decisões que afetam suas vidas e sejam respeitadas em suas particularidades e diversidade.

● Criança como protagonista e desbravadora

Entende-se que a criança é protagonista de seu desenvolvimento e aprendizagens. Ela não é um receptor passivo, mas um agente ativo que explora, descobre, questiona e constrói saberes a partir de suas vivências e interações. O currículo e as atividades são organizados em torno dos interesses, necessidades e potencialidades das crianças, possibilitando sua participação nas decisões sobre o que e como aprender.

A criança desbravadora: o protagonismo em movimento

A palavra “desbravadora” carrega a imagem de quem abre caminhos, enfrenta o desconhecido e transforma territórios antes inexplorados em espaços de novas possibilidades. Desbravar é ir além do óbvio, arriscar-se na busca por experiências que ampliam horizontes. Quando associamos esse sentido à infância, emergem significados profundos: a criança é, por natureza, uma desbravadora do mundo.

Cada gesto, olhar ou pergunta revela a potência de quem não se contenta com respostas prontas. Ao contrário, ela interroga, investiga, constrói hipóteses e reinventa sentidos. Esse movimento constitui o coração do aprender. A infância desbrava não apenas espaços físicos, mas também territórios simbólicos da linguagem, da imaginação e das relações humanas.

Do ponto de vista pedagógico, reconhecer a criança como desbravadora é assumir uma concepção de infância que valoriza o protagonismo infantil. Isso implica compreender que o conhecimento não é simplesmente transmitido, mas construído na interação ativa da criança com o mundo e com o outro. Nessa perspectiva, cabe ao professor criar contextos que favoreçam a curiosidade, o risco criativo e a autonomia.

Ao desbravar, a criança se coloca em posição de autoria: ela produz cultura, saberes e experiências. Esse protagonismo desafia a escola a ser mais que transmissora de conteúdos; exige que se torne um território de descobertas, onde cada criança possa abrir suas próprias trilhas, guiada pelo desejo de conhecer.

Assim, pensar a criança como desbravadora é reafirmar a potência da infância como tempo de criação, de invenção e de conquista de si mesma no encontro com o mundo. Uma infância desbravadora é, sobretudo, uma infância respeitada em sua capacidade de protagonizar o presente e anunciar o futuro.

No Hino de Lucas do Rio Verde, celebra-se esse espírito de pioneirismo e coragem dos colonizadores que transformaram o cerrado mato-grossense em cidade fértil e promissora. Palavras como “desbravar”, “conquistar” e “florescer” ecoam o esforço coletivo de abrir caminhos em um território antes desconhecido.

Esse mesmo movimento se revela na infância. A criança, ao nascer e crescer, também desbrava: abre trilhas no mundo do conhecimento, constrói sentidos para a vida e transforma o que encontra em possibilidade. Assim como os pioneiros não se intimidaram diante das dificuldades, a criança lança-se ao novo, movida pelo desejo de aprender e criar.

Na pedagogia, essa metáfora é potente. Se o município nasceu do ato de desbravar, a escola deve ser o espaço onde as crianças continuem a exercer esse protagonismo. O trabalho educativo, inspirado pela história da cidade, assume o compromisso de valorizar a infância como força transformadora, que dá vida, cor e futuro ao território.

O Hino de Lucas do Rio Verde e a imagem da criança desbravadora se encontram em um mesmo horizonte: ambos falam de coragem, esperança e do poder de construir caminhos inéditos. Onde os pioneiros abriram estradas no cerrado, as crianças abrem estradas no conhecimento – cada uma com sua curiosidade, imaginação e capacidade de reinventar o mundo.



E os povos que aqui chegaram
Ao ver tantas belezas
Novas terras desbravaram
Explorando suas riquezas
Nestes campos enriquecidos
Trabalharam com nobreza

Trecho do Hino de Lucas do Rio Verde/MT

Letra de Rodolfo Rigo

**Composição musical de Dulcelina Fantinato Sampaio,
Eunice Maria Lazzari Ruzin e Rozeli Lazzari.**

● Criança no centro da proposta pedagógica

A proposta da Educação Infantil de Lucas do Rio Verde posiciona a criança no centro do processo educativo. Seu protagonismo é respeitado por meio da escuta ativa, da cooperação entre pares e da participação da família e da comunidade. Promove-se, assim, uma educação inclusiva, respeitosa e integral, que considera o desenvolvimento cognitivo, emocional e social de maneira acolhedora, garantindo às crianças a liberdade de expressar suas ideias e sentimentos em diálogo constante com seus educadores.

● Valorização do ambiente de aprendizagem

O ambiente de aprendizagem é organizado para incentivar a autonomia, a descoberta e o trabalho colaborativo. Os espaços favorecem a exploração e o envolvimento ativo das crianças, em experiências educativas lúdicas e criativas

● Valorização da cultura infantil

O município reconhece e valoriza a cultura infantil como o conjunto de expressões, saberes, brincadeiras e modos de ser e ver o mundo das crianças. Esse reconhecimento abrange desejos, sonhos, fantasias e criações infantis, elementos essenciais ao processo de desenvolvimento e aprendizagem.

● Valorização da escuta

A escuta ativa é um princípio essencial. Os educadores assumem o papel de mediadores do conhecimento, buscando compreender perspectivas, emoções e ideias das crianças. Essa escuta orienta a organização das práticas pedagógicas, respeitando as necessidades e interesses infantis em ambientes de confiança e respeito.

● **Aprendizagem pela interação e colaboração**

A aprendizagem é compreendida como um processo essencialmente social, no qual as interações são fundamentais para o desenvolvimento. No ambiente escolar, promove-se o diálogo, a cooperação e a troca de experiências entre crianças, educadores e famílias.

● **Participação da família e da comunidade**

A participação das famílias e da comunidade é valorizada e incentivada. Pais e responsáveis são convidados a se envolver colaborativamente nas ações escolares. As culturas e experiências familiares são integradas às práticas educativas, tornando a educação infantil mais contextualizada e significativa.

● **Avaliação e registro das ações pedagógicas**

O registro das ações pedagógicas torna visível o processo de aprendizagem. Os educadores documentam as experiências das crianças por meio de fotos, vídeos e relatos, possibilitando reflexões sobre as aprendizagens e o planejamento de novas propostas de maneira contextualizada e participativa. A avaliação, nessa perspectiva, é instrumento de reflexão e reorganização das práticas pedagógicas.



Inclusão

A Educação Inclusiva na Educação Infantil

A LDB, Lei nº 9.394/96, em seu capítulo V, estabelece a oferta da educação especial na educação infantil como um dever constitucional do Estado, assegurando um ensino igualitário que respeite as particularidades dos educandos e promova sua integração efetiva na sociedade (Brasil, 1996).

Em 2015, a Lei nº 13.146, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (LBI), reafirma, em seu capítulo IV, o direito das pessoas com deficiência a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, garantindo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. Esse sistema visa o desenvolvimento máximo dos talentos e das habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, considerando as características, interesses e necessidades de aprendizagem de cada indivíduo.

O Currículo de Referência de Mato Grosso também reforça o princípio da igualdade de oportunidades, assegurando a todas as crianças, jovens e adultos o direito de acesso e permanência em todas as modalidades do sistema educacional, independentemente de condições pessoais, raça, gênero, etnia, classe social ou deficiência. Assim, a educação inclusiva ultrapassa a simples inserção de estudantes da educação especial no ensino regular; ela visa constituir uma escola verdadeiramente acessível, acolhedora e participativa, onde cada indivíduo tenha a oportunidade de aprender e se desenvolver plenamente.

A escola de educação infantil é, após a família, o principal espaço de convivência e ampliação do repertório social e cultural das crianças. É nela que se desenvolvem princípios como respeito, solidariedade e cooperação. A inclusão escolar tem início na educação infantil, que oferece um ambiente propício para a construção do conhecimento e para o desenvolvimento integral de todas as crianças. Nessa etapa, elementos como a ludicidade, o acesso a diferentes formas de comunicação e a diversidade de experiências – abrangendo aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais – são fundamentais. Na convivência cotidiana, consolidam-se relações interpessoais saudáveis e promove-se o respeito às singularidades e culturas de cada criança.

O município de Lucas do Rio Verde, em consonância com a LBI (Brasil, 2015), compreende a necessidade de assegurar:

- Ambientes acessíveis e adaptados: Garantia de condições de acessibilidade arquitetônica, comunicacional e pedagógica, criando espaços que possibilitem a aprendizagem de todos.
- Atendimento Educacional Especializado (AEE): Oferta de apoio especializado para estudantes com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, realizado dentro ou fora do ambiente escolar regular, conforme a necessidade.

- **Formação de profissionais:** Formação continuada para que os educadores atuem de maneira inclusiva, compreendendo as especificidades e os direitos das crianças público-alvo da educação especial.

- **Recursos e Tecnologias Assistivas:** Disponibilização de materiais, recursos e tecnologias que favoreçam o acesso ao currículo e a participação dos estudantes.

- **Participação e autonomia:** Garantia do direito de participação ativa dos estudantes com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento, altas habilidades ou superdotação nas decisões que afetam seu aprendizado e sua experiência escolar, respeitando sua autonomia e promovendo a igualdade de oportunidades.

Diante desse cenário, a Secretaria Municipal de Educação oferece suporte pedagógico e atendimento multiprofissional por meio do Programa Anjos da Escola, atuando em parceria com as famílias e assegurando uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todas as crianças.



PROTAGONISMO INFANTIL

FORTALECENDO UMA EDUCAÇÃO QUE VALORIZA O PROTAGONISMO INFANTIL

No município de Lucas do Rio Verde, a história da Educação Infantil reflete uma trajetória de evolução e consolidação de políticas públicas voltadas ao atendimento de crianças de 0 a 5 anos. Desde a criação da primeira instituição municipal de ensino infantil, a oferta tem se expandido para garantir que todas as crianças tenham acesso à educação de qualidade desde cedo. Referências fundamentais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Brasil, 1990) e a Declaração Universal dos Direitos da Criança (ONU, 1959), orientam o entendimento de que a infância é uma fase essencial da vida.

Segundo Oliveira-Formosinho (2008), a Educação Infantil deve apoiar o desenvolvimento integral por meio de uma pedagogia participativa, na qual a escuta e a observação, ao serem constantes no cotidiano escolar, atuam como ferramentas de descoberta para compreender mais profundamente as crianças, seus interesses, motivações, relacionamentos, conhecimentos, intenções, desejos e universos particulares. Em Lucas do Rio Verde, há o compromisso de educar e cuidar para desenvolver cada criança em suas potencialidades.

A construção de uma rede de Educação Infantil que valorize a escuta ativa das crianças é condição fundamental para uma educação de qualidade, centrada nas necessidades, interesses e potencialidades dos pequenos. Segundo Rinaldi (2012), a escuta é uma postura ética que requer respeito, acolhimento e reconhecimento das múltiplas linguagens com que as crianças se expressam.

Inspirado em Oliveira-Formosinho, busca-se construir uma prática pedagógica em que a criança seja protagonista de sua própria aprendizagem. Nessa perspectiva, a criança é vista como um ser competente, capaz de se expressar e de contribuir para a construção do conhecimento coletivo. Acredita-se que a escuta ativa é um dos pilares para a construção de uma prática pedagógica participativa. Essa prática, que vai além de simplesmente ouvir as crianças, busca interpretar e valorizar suas expressões — verbais, gestuais, simbólicas ou artísticas — reconhecendo-as como formas legítimas de comunicação e construção de sentido.

Para Malaguzzi (1999), a escuta ativa ultrapassa a ideia de técnica ou prática pontual; ela é uma atitude ética e relacional que permeia toda a interação entre educadores e crianças. Nessa visão, a escuta é entendida como uma troca constante, em que as crianças se expressam em múltiplas linguagens — desenho, pintura, dança, escultura, entre outras — e os educadores se mantêm abertos a compreender essas expressões, respeitando a diversidade e a profundidade dos pensamentos e sentimentos infantis.

Com a escuta ativa, as crianças se sentem reconhecidas e valorizadas, o que fortalece sua autonomia e autoconfiança. Além disso, a escuta abre espaço para que os educadores adaptem o currículo de maneira mais significativa e responsiva às necessidades, interesses e curiosidades das crianças, transformando os contextos educativos em espaços de diálogo e de cocriação do conhecimento. Portanto, a escuta ativa é um processo dinâmico que envolve observar, questionar e refletir junto às crianças, considerando-as protagonistas no processo de aprendizagem (Malaguzzi, 1999).

Nesse contexto, criam-se possibilidades de ambientes, espaços, vivências e momentos que favorecem a interação, a exploração e a expressão infantil, em suas múltiplas linguagens, para seu desenvolvimento integral. Como destaca Barbosa (2006), a organização dos espaços e das rotinas deve ser pensada para a participação ativa das crianças, com experiências significativas que contribuam para seu crescimento.

Desde 2018, a BNCC prevê o protagonismo infantil, incentivando que as crianças tenham voz e participação ativa em suas aprendizagens. Isso implica que os adultos, ao considerarem seus interesses e necessidades, estimulem sua participação na definição das ações e escolhas desse processo. Ao refletirem e tomarem decisões sobre aspectos de sua vida, as crianças desenvolvem senso de pertencimento, responsabilidade, habilidades socioemocionais, autoconhecimento e autoestima, contribuindo para a formação, desde a primeira infância, de sujeitos conscientes e críticos.

No município de Lucas do Rio Verde, essa preocupação se manifesta nas iniciativas voltadas à construção de uma pedagogia que valoriza as crianças como protagonistas. Busca-se desenvolver ambientes acolhedores e provocadores, nos quais as vozes, ideias e interesses das crianças são respeitados e integrados ao processo educativo, garantindo que suas necessidades sejam genuinamente escutadas e consideradas.

FUNDAMENTOS ORIENTADORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM LUCAS DO RIO VERDE

É relevante destacar os fundamentos que orientam a educação infantil no município de Lucas do Rio Verde e seus princípios essenciais para uma prática pedagógica que valoriza o desenvolvimento integral das crianças. Primeiramente, discute-se o conceito de criança, ressaltando a visão da infância como uma fase única e repleta de potencialidades. Em seguida, aborda-se o papel do educador, com ênfase em sua atuação como pesquisador, assumindo uma postura investigativa e colaborativa. Por fim, analisa-se a construção do currículo na educação infantil, evidenciando as interações como base das aprendizagens, o brincar como a principal linguagem da infância e a importância da exploração dos diferentes campos de experiências. Finaliza-se com os elementos que orientam a prática pedagógica, oferecendo uma visão abrangente das estratégias e intencionalidades que fundamentam a educação infantil no município.

Compreendendo as crianças

A BNCC (Brasil, 2018) apresenta uma concepção de criança que incorpora os avanços históricos registrados nas pesquisas sobre infância nas últimas décadas. Na Base, a criança é compreendida de forma ampla e integral, como sujeito de direitos e como ser ativo em seu processo de desenvolvimento e aprendizagem. A BNCC reconhece que a criança não é apenas um receptor passivo de conhecimentos, mas um sujeito capaz de interagir com o mundo com curiosidade, criatividade e singularidade.

De acordo com a BNCC e em consonância com a visão formativa de Lucas do Rio Verde:

- A criança é um sujeito de direitos: É compreendida como sujeito que tem direito à educação, à proteção, ao respeito e ao desenvolvimento pleno em suas dimensões física, emocional, cognitiva e social. Esse conceito está alinhado à Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU (1989), refletindo a valorização da infância como fase de extrema importância.
- A criança é protagonista: Considerada protagonista do seu processo de aprendizagem, ela tem voz e vez, sendo incentivada a fazer escolhas, explorar, descobrir e construir seu conhecimento por meio das interações com o meio, com os adultos, com seus pares e com os diversos materiais pedagógicos.
- A criança é competente e capaz: Reconhecida como sujeito que, desde o nascimento, tem capacidade de pensar, agir e criar. Não é vista como alguém a ser “formado” ou “preparado” para o futuro, mas como um ser completo no presente, que já possui habilidades e competências em desenvolvimento.

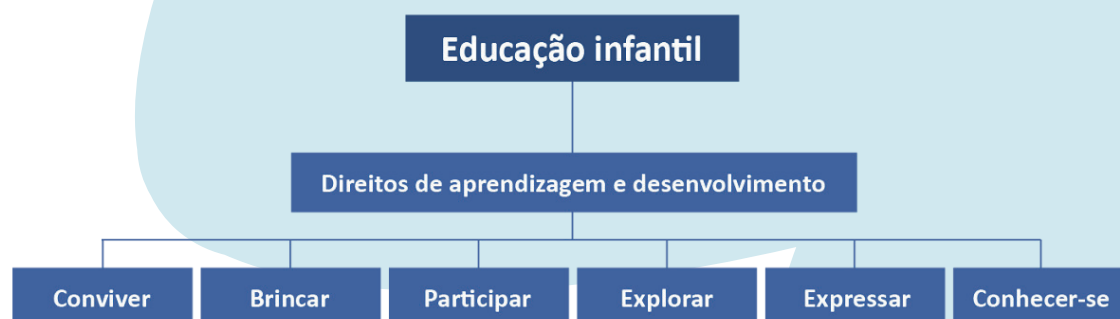
- A criança aprende na interação: Entendida como ser social e cultural, constrói conhecimento a partir das interações com o mundo, com outras crianças e com os adultos. Essas interações são fundamentais para o desenvolvimento das linguagens, da autonomia, da ética e da convivência.
- A criança é singular: Cada criança é única e traz consigo experiências, culturas, modos de pensar e agir. Por isso, a educação infantil deve respeitar o ritmo de desenvolvimento e as peculiaridades de cada uma, oferecendo contextos educativos acolhedores, inclusivos e desafiadores.
- A criança aprende pelo brincar: A brincadeira é uma das principais formas de aprendizagem. Por meio do brincar, a criança experimenta, cria, explora e constrói sentidos sobre o mundo. O brincar é reconhecido como linguagem própria da infância e como eixo fundamental para o desenvolvimento integral.
- O desenvolvimento da criança deve ser visto de forma integral: A educação infantil objetiva o desenvolvimento integral da criança, considerando as dimensões física, afetiva, emocional, cognitiva, social e cultural. É necessário proporcionar vivências que estimulem o desenvolvimento de todas essas dimensões de forma articulada e equilibrada.

Assim, a concepção de criança, com sua diversidade e singularidade, reflete o avanço das concepções contemporâneas de infância e educação, posicionando-a no centro do processo educativo e respeitando sua individualidade e seus direitos.

Os direitos de desenvolvimento e aprendizagem

A educação infantil é um direito fundamental das crianças, garantido pelo conjunto normativo brasileiro. Todas as crianças, desde o nascimento até os seis anos, têm, por força da lei, a garantia de acesso a contextos educativos que valorizem suas habilidades, curiosidades, emoções e necessidades. Para isso, as creches e pré-escolas desenvolvem experiências que estimulam seu pleno desenvolvimento, possibilitando que cada criança se expresse e participe de forma significativa.

Nesse contexto, conforme a BNCC (Brasil, 2018), existem seis direitos de aprendizagem que orientam a prática na educação infantil, estruturados nos eixos das interações e das brincadeiras. Esses direitos foram concebidos para assegurar que todas as crianças, como protagonistas de seu processo de desenvolvimento, vivenciem experiências significativas, conforme apresentado no quadro a seguir:



Direitos de desenvolvimento e aprendizagem na Educação Infantil segundo a BNCC (Brasil, 2018)

Cada um desses direitos na educação infantil tem como finalidade garantir que toda criança se desenvolva de maneira plena, em contextos educativos que valorizem sua participação ativa, sua curiosidade natural e suas múltiplas formas de expressão. A seguir, apresenta-se o detalhamento de cada um desses direitos:

● Conviver

O direito de conviver está intrinsecamente ligado à interação social e ao desenvolvimento de habilidades interpessoais. A educação infantil deve oferecer às crianças diversas oportunidades de interação com seus pares e com os adultos, em ambientes acolhedores e desafiadores. Por meio dessas experiências, elas aprendem a respeitar as diferenças, compartilhar vivências e cultivar laços de confiança, vivenciando uma cultura de respeito e cooperação.

● Brincar

O brincar ocupa um papel central na educação infantil. Por meio da brincadeira, a criança explora o mundo, vivencia novas situações, expressa suas emoções e desenvolve imaginação e criatividade. Tanto a brincadeira livre quanto a orientada, realizadas em ambientes internos e externos, são essenciais para o desenvolvimento cognitivo, motor, social e emocional das crianças. Brincar é uma forma de expressão, descoberta e aprendizagem.

● Participar

O direito de participar assegura que a criança tenha voz ativa nas decisões que impactam seu cotidiano e seu processo de aprendizagem. Participar significa envolver a criança nas atividades, ouvir suas opiniões, respeitar suas escolhas e incentivar seu protagonismo. Na educação infantil, é fundamental criar contextos educativos nos quais as crianças expressem suas ideias e contribuam para a construção do conhecimento coletivo.

● Explorar

O direito de explorar estimula a curiosidade natural das crianças, favorecendo a investigação e a descoberta do mundo por meio de experiências sensoriais, físicas e intelectuais. A exploração do ambiente, dos materiais e das interações possibilita que a criança construa conhecimentos sobre a natureza, a sociedade e a cultura. A educação infantil deve oferecer contextos que incentivem a investigação, a manipulação, a experimentação e o questionamento.

● Expressar

O direito de expressar envolve criar espaços para que a criança se comunique de diversas formas, utilizando as chamadas “linguagens infantis” – como a fala, a escrita emergente, o desenho, a música, a dança, a dramatização e outras formas simbólicas. A educação infantil deve promover um ambiente em que as crianças manifestem suas ideias, emoções, sentimentos e compreensões sobre o mundo de maneira livre e criativa, valorizando suas expressões e modos de comunicação.

● Conhecer-se

O direito de conhecer-se está relacionado ao desenvolvimento da identidade, da autonomia e do autoconhecimento. A educação infantil deve apoiar as crianças no reconhecimento de suas emoções, na compreensão de suas capacidades e desafios e na construção de uma imagem positiva de si mesmas. As crianças devem ser incentivadas a perceber e respeitar as diferenças, tanto em si mesmas quanto nos outros.

A criança em conexão com o ambiente

A relação da criança com o ambiente é indispensável para seu desenvolvimento integral. Segundo Carvalho, Pedrosa e Rossetti-Ferreira (2012), o contato com ambientes elaborados para a aprendizagem promove benefícios cognitivos, emocionais e físicos. Na educação infantil, proporcionam-se experiências que conectam as crianças ao espaço educacional e ao meio ambiente, estimulando a consciência ecológica desde cedo.

Nesse sentido, a contribuição de Gandhi Piorski (2016) é especialmente significativa, ainda mais considerando os desafios contemporâneos que afetam o meio ambiente e a qualidade de vida. Ele destaca que a interação das crianças com a natureza é um componente central da educação, enfatizando que experiências ao ar livre são fundamentais para o desenvolvimento da curiosidade, criatividade e capacidade de observação.

Piorski (2016) também ressalta os benefícios emocionais que surgem do contato com o ambiente natural, como a redução do estresse e a expressão saudável das emoções. Assim, além dos aspectos cognitivos e físicos mencionados por Carvalho, Pedrosa e Rossetti-Ferreira (2012), a relação com a natureza também contribui para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis. Portanto, integrar experiências que conectem as crianças à natureza vai além do investimento em seu desenvolvimento integral, mas também na construção de uma consciência ecológica duradoura, que será essencial para o futuro do planeta.

Essa perspectiva unificada reforça a necessidade da exploração e a valorização da natureza como espaço de aprendizagens e descoberta.

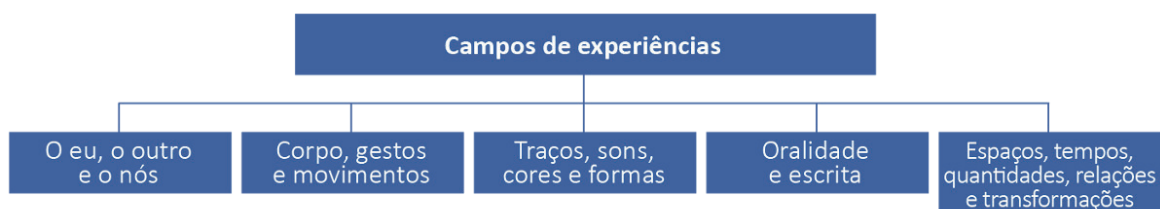
Construindo o currículo na Educação Infantil

O currículo na Educação Infantil deve ser compreendido como um conjunto de práticas que promovem experiências significativas, considerando as culturas infantis e os contextos nos quais as crianças estão inseridas. De acordo com Sacristán (2000), o currículo é muito mais do que um documento prescritivo, pois envolve as interações e relações que ocorrem no cotidiano escolar.

O currículo da Educação Infantil em Lucas do Rio Verde corresponde ao conjunto de práticas e experiências que integram o mundo da criança aos saberes culturais e sociais, conforme orienta a BNCC (2017). Inspirados pela ideia de “currículo como narrativa” (Goodson, 2007), concebido como processo educativo que se constrói a partir das histórias pessoais e das trajetórias de vida dos sujeitos, entende-se que o currículo, no município, deve ser uma experiência viva e significativa, na qual a criança se apropria do conhecimento ao interagir com o meio e com as pessoas ao seu redor.

O currículo inclui os campos de experiências definidos pela BNCC (Brasil, 2018), que organizam as práticas pedagógicas com o objetivo de promover o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos e 11 meses. Esses campos partem da premissa de que a criança aprende por meio de vivências, explorações e interações com o mundo, sendo, portanto, fundamentados em experiências concretas e brincantes que respeitam o protagonismo infantil e estimulam seu crescimento cognitivo, emocional, cultural, físico e social.

A Figura a seguir apresenta os cinco campos de experiências.



Campos de experiências na educação infantil conforme a BNCC (Brasil, 2018).

Os campos de experiências estruturam a prática pedagógica como processos vivenciais e integrais, conforme detalhado a seguir:

● O Eu, o Outro e o Nós

Esse campo de experiência centra-se na construção da identidade e na convivência social. Nele, as crianças aprendem a conhecer a si mesmas, identificar e lidar com suas emoções, interagir com outras pessoas e respeitar a diversidade. Esse processo também envolve o desenvolvimento de valores essenciais, como empatia, solidariedade e respeito às diferenças.

● Corpo, Gestos e Movimentos

Este campo valoriza a exploração do corpo e dos movimentos como formas de expressão, comunicação e interação com o mundo ao redor. As crianças desenvolvem habilidades motoras, ampliam sua consciência corporal e experimentam diferentes maneiras de movimentar e controlar o corpo em atividades lúdicas, esportivas e artísticas.

● Traços, Sons, Cores e Formas

Voltado ao estímulo da criatividade, este campo incentiva as crianças a experimentarem e explorarem múltiplas formas de expressão artística, como desenhos, músicas, pinturas e brincadeiras com sons e ritmos. O objetivo é que elas se expressem livremente e compreendam o mundo por meio das linguagens visual, sonora e expressiva.

● Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação

Esse campo refere-se ao uso da linguagem oral e escrita, estimulando o desenvolvimento do pensamento crítico e criativo. As crianças são motivadas a se expressar, ouvir, narrar histórias, criar suas próprias narrativas e produções escritas espontâneas, fortalecendo suas capacidades de comunicação e interpretação. Inclui ainda a imaginação e o faz de conta, que favorecem a socialização, o diálogo e a construção simbólica.

● Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações

Dedicado à exploração do ambiente e do mundo físico, esse campo envolve o desenvolvimento de noções de espaço, tempo, formas, relações e quantidades. As crianças são estimuladas a explorar o meio natural e social, fazendo descobertas e desenvolvendo conceitos matemáticos e científicos de maneira lúdica e vivencial.

O currículo articula todos os campos de experiências em variados objetivos de desenvolvimento e aprendizagem para cada agrupamento etário da Educação Infantil (bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas), de modo que possam aprender e se desenvolver de maneira autônoma e ativa, respeitando suas necessidades, interesses e ritmos de crescimento.

A large, abstract yellow graphic composed of several overlapping, rounded shapes. It starts with a solid yellow rectangle at the top left, which transitions into a large, rounded shape that resembles a stylized letter 'B' or a similar form. A smaller yellow circle is positioned below the left side of this large shape. In the bottom right corner, there is a yellow semi-circle.

O Brincar

O brincar como linguagem da infância e elemento articulador das aprendizagens

A brincadeira é a principal atividade da criança. Kishimoto (2011) ressalta que o brincar favorece o desenvolvimento cognitivo, emocional e social, constituindo uma forma privilegiada de aprendizagem. A brincadeira é uma atividade cultural, composta por repertórios diversos, vocabulários, experiências sociais, modos de vida e narrativas. Ao brincar, as crianças ampliam seu repertório, conhecem e reconhecem sensações, funções do corpo, gestos e movimentos. O município de Lucas do Rio Verde reconhece e valoriza a importância da brincadeira na vida das crianças.

Por ser considerada uma atividade central da infância – uma forma essencial de expressão, experimentação e aprendizagem – a BNCC (Brasil, 2018) reconhece o brincar, para além do entretenimento, como uma estratégia pedagógica que possibilita o desenvolvimento pleno das crianças.

Segundo Oliveira-Formosinho, Kishimoto e Pinazza (2008, p. 48-49):

“Brincar é a atividade mais pura, mais espiritual do homem neste estágio (a infância) e, ao mesmo tempo, típica da vida humana como um todo (...). Uma criança que brinca por toda parte, com determinação autoativa, poderá seguramente ser um homem determinado, capaz de autosacrifício para a promoção do bem-estar de si e de outros (...). Brincar neste tempo não é trivial, é altamente sério e de profunda significação.”

Brincar e movimentar-se são necessidades vitais para o desenvolvimento das crianças, além de constituírem práticas sociais e expressões culturais fundamentais na infância. Por meio da brincadeira, a criança desenvolve habilidades para expressar sentimentos, construir conhecimentos, criar, experimentar e atribuir sentidos ao mundo e a si mesma. Ela exercita suas relações com os colegas, desenvolvendo sentimentos, competências sociais e estratégias para lidar com diferentes situações. O brincar é um modo natural de expressão, no qual as crianças demonstram suas emoções de maneira autêntica.

Dessa forma, por meio do brincar, as crianças exploram o mundo, comunicam-se, exercitam a criatividade e resolvem problemas.

São tão importantes as brincadeiras livres, em que a criança tem autonomia para criar e decidir, quanto as brincadeiras orientadas pelo educador, que podem conduzir à aprendizagem de habilidades específicas.

O brincar possibilita que as crianças aprendam de forma prazerosa, envolvendo-se em processos de investigação, experimentação e cooperação.

O fazer pedagógico do educador garante à criança a possibilidade de atuar em meio aos brinquedos, móveis, objetos estruturados e não estruturados, planejadamente dispostos para promover desafios, interações e a construção do conhecimento. Dessa forma, rompe-se com o paradigma do educador como principal protagonista em sala de aula, permitindo que a criança assuma o protagonismo por meio de sua autonomia, criatividade, curiosidade e capacidade de formular ideias próprias sobre as coisas e o mundo.

Reconhecemos, na dimensão heurística do brincar, uma proposta potente que estimula a exploração autônoma de diferentes materialidades, incentivando a curiosidade natural das crianças e promovendo a aprendizagem por meio da descoberta. Essa abordagem facilita o desenvolvimento sensorial, motor e cognitivo. Segundo Goldschmied e Jackson (2004), o brincar heurístico valoriza a liberdade de escolha e o protagonismo infantil, permitindo que as crianças explorem o mundo ao seu redor com as próprias mãos, além de fortalecer habilidades como concentração e resolução de problemas. Trata-se de uma prática pedagógica inclusiva, que cria um ambiente no qual a criança aprende de forma ativa e interativa, ampliando seu repertório de experiências e desenvolvendo competências essenciais para o futuro.

A prática educativa em Lucas do Rio Verde reconhece o brincar como uma linguagem essencial para a criança e para seu desenvolvimento social, motor e cognitivo, além de compreendê-lo como expressão cultural. Considera-se, portanto, o brincar como eixo central das ações diárias, garantindo sua presença tanto em espaços internos quanto externos, como forma expressiva por meio da qual a criança experimenta, comunica e desenvolve suas habilidades em um ambiente seguro e acolhedor.



O papel do educador

O educador na Educação Infantil é o profissional que media as experiências e aprendizagens das crianças. Segundo Barbosa e Horn (2008), o educador é aquele que promove situações de aprendizagem significativas e incentiva o protagonismo infantil.

Nesse sentido, na Educação Infantil, o educador é mediador, pesquisador e colaborador do desenvolvimento das crianças – ensinar exige respeito à autonomia do educando. A Pedagogia nos inspira a compreender o educador como alguém que se coloca ao lado da criança, oferecendo-lhe oportunidades de vivenciar experiências significativas e construir saberes de maneira ativa. Em Lucas do Rio Verde, acredita-se na formação continuada dos educadores para a interpretação, organização e planejamento das atividades pedagógicas que envolvem as múltiplas linguagens infantis.

O educador como investigador das práticas

O conceito de professor investigador, conforme André (2002), refere-se ao profissional que reflete sobre sua prática, investiga suas ações e busca constantemente aprimorar seu trabalho pedagógico. Na Educação Infantil, essa postura investigativa possibilita ao educador compreender as necessidades e interesses das crianças, planejando ações educativas que favoreçam seu pleno desenvolvimento.

Na Educação Infantil, o educador mediador investe na construção ativa do conhecimento por parte das crianças, pois estas são sujeitos “potentes, ativos e curiosos” (Malaguzzi, 1999). O educador atua como facilitador desse processo, criando condições para que as crianças explorem, questionem e construam seu próprio saber em um ambiente de parceria e respeito.

Nesse sentido, a pesquisa e a reflexão sobre a própria prática são indispensáveis ao docente, que, ao adotar uma postura investigativa, aprimora continuamente sua atuação pedagógica. Zeichner e Liston (1996) defendem que o educador-investigador assume um papel de constante questionamento e atualização de seus métodos, pois é ao observar e refletir sobre as práticas cotidianas que identifica as estratégias mais adequadas ao desenvolvimento infantil. A pesquisa e a autoavaliação, nesse processo, além de elevarem a qualidade do ensino, permitem que o educador se adapte às necessidades específicas de cada grupo de crianças.

Exige-se do educador na Educação Infantil, além da qualificação técnica, sensibilidade e compromisso com seu fazer pedagógico, o que se expressa em ações de dedicação e disposição para cuidar e educar. O trabalho com crianças pequenas demanda um nível de afeto e cuidado que vai além do aspecto acadêmico. Esse vínculo afetivo é fundamental para que a criança se sinta segura e acolhida, condições essenciais ao desenvolvimento saudável e às aprendizagens significativas (Wallon, 1999).

Vygotsky (2007) reforça que a construção de um ambiente afetivo estimula a interação social e o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, incluindo a linguagem e o pensamento.

Portanto, compreende-se que, para criar ambientes de aprendizagem realmente desafiadores, o educador deve estar em constante busca de novas ideias, metodologias e práticas educativas, em consonância com as pesquisas contemporâneas sobre as culturas infantis. De acordo com Oliveira (2005), insere-se nesse processo o desenvolvimento de competências socioemocionais, que promovem a autonomia e fortalecem a identidade da criança, valorizando seu papel ativo ao explorar, brincar e interagir em um ambiente adequado e estimulante.



Orientação das práticas pedagógicas

Os organizadores da ação pedagógica são elementos que estruturam o trabalho educativo, garantindo coerência e intencionalidade nas práticas. Segundo Oliveira (2010), planejamento, observação e avaliação são fundamentais para orientar o processo educativo na educação infantil.

Planejamento dos contextos educativos

Para compreender a importância do planejamento na educação infantil, a literatura educacional brasileira aponta que esse processo vai além de uma organização administrativa: ele constitui uma ação de reflexão contínua sobre a prática educativa, enraizada no cotidiano do educador.

De acordo com Oliveira (2005), compreender quem são as crianças, seus gostos, preferências e interesses é condição essencial para que o educador crie situações que garantam e ampliem as aprendizagens das crianças de maneira atenta e sensível. Esse planejamento, portanto, deve ser visto como uma oportunidade de autoria criativa do trabalho pedagógico, respeitando as experiências e os conhecimentos de mundo das crianças em práticas contextualizadas e narrativas baseadas em interações e brincadeiras significativas.

A BNCC (Brasil, 2018) reforça essa perspectiva ao enfatizar a intencionalidade pedagógica, que se realiza por meio do acompanhamento contínuo das aprendizagens das crianças. A observação sistemática dos avanços individuais e coletivos, conforme estabelecido pela Base, possibilita que o professor adapte suas estratégias para responder aos interesses e necessidades dos pequenos. Nesse sentido, o planejamento pedagógico na educação infantil assume o papel de um instrumento metodológico que organiza a prática docente, articulando ações essenciais como a observação das crianças, os registros diários e a avaliação. Barbosa e Horn (2008) destacam que, longe de ser uma prática burocrática ou rígida, o planejamento é um recurso flexível que organiza o tempo e o espaço e oportuniza ao educador criar meios para a construção do conhecimento. Assim, ele se configura no contexto das vivências diárias, efetivado por meio das interações e descobertas das crianças, revelando-se como uma ação intencional e, ao mesmo tempo, adaptável.

Planejar na educação infantil também constitui uma oportunidade de aprendizagem para o próprio educador, pois, ao planejar, ele desenvolve um olhar mais atento sobre a prática, aprofundando seu entendimento acerca do desenvolvimento e da aprendizagem de cada criança, potencializando suas ações educativas (Kishimoto, 2011).

Em Lucas do Rio Verde, o planejamento pedagógico é um processo contínuo de observação e reflexão, considerando o "planejamento do contexto" (Fochi, 2023), no qual os educadores respeitam as individualidades das crianças. Esse planejamento considera a organização do espaço e do tempo como elementos essenciais para o bem-estar e para a aprendizagem. O ambiente é compreendido como o terceiro educador, conceito que entende o espaço organizado como um incentivo à autonomia e à interação social.

Ao considerar o contexto como base para o planejamento – em vez de uma programação pré-determinada e rígida –, o planejamento do contexto valoriza a construção de ambientes que inspiram e promovem a autonomia e a curiosidade infantil.

O educador oportuniza condições para que a criança se envolva ativamente no processo de aprendizagem, integrando aspectos do seu cotidiano e dos seus interesses no desenvolvimento das atividades. Esse tipo de planejamento também reconhece a importância de elementos como o tempo, o espaço, os materiais e as interações entre pares e com adultos, garantindo que todos os aspectos da rotina contribuam para o desenvolvimento das habilidades socioemocionais e cognitivas das crianças.

O planejamento do contexto requer do educador uma postura observadora e reflexiva, na qual a avaliação e o ajuste das atividades ocorrem constantemente. Assim, o planejamento se torna um processo de autoconhecimento e aperfeiçoamento pedagógico contínuo, com vistas a uma prática mais responsiva e significativa (Fochi, 2023).

A cultura infantil na vida cotidiana

O fator cultural exerce influência significativa na sociedade local, impactando diretamente a vida cotidiana das crianças. Essa realidade torna-se um fio condutor essencial para o planejamento pedagógico, que deve considerar o ambiente escolar, a organização dos espaços, as materialidades disponíveis e as práticas educativas, sempre respeitando o direito das crianças a uma aprendizagem significativa.

A cidade de Lucas do Rio Verde, rica em diversidade cultural, oferece um espaço fértil para diversas expressões artísticas, refletindo as tradições, valores e crenças da comunidade. Segundo Sarmiento (2004), a cultura local enriquece o contexto social e configura a maneira como as crianças interagem com o mundo. A cultura influencia o pensamento coletivo e proporciona uma gama de benefícios às crianças, como o estímulo à criatividade, o fortalecimento de laços afetivos, o desenvolvimento do respeito e da socialização, além de contribuir para aprendizagens significativas.

Tais aprendizagens são potencializadas por meio de práticas pedagógicas que enfatizam a participação ativa da criança no ambiente escolar, respeitando suas especificidades e singularidades. De acordo com Corsaro (2011), uma abordagem que considera a vida cotidiana e a cultura das crianças cria condições adequadas para que elas se sintam parte integrante do processo educativo, favorecendo uma construção do conhecimento mais contextualizada e relevante.

A diversidade cultural proporciona uma variedade de situações e ambientes que promovem o protagonismo infantil. O brincar, a exploração, a participação, a expressão e a convivência são atividades fundamentais que possibilitam às crianças se conhecerem e participarem de práticas sociais e culturais, utilizando tanto o corpo quanto a mente para aprender. Conforme a BNCC (Brasil, 2018), é essencial garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando seus contextos culturais.

Nesse sentido, cabe ao educador planejar as atividades diárias com intencionalidade, para que as crianças compreendam suas relações com a natureza, a cultura e a produção científica. Segundo Kramer et al. (1999), esse planejamento deve incluir experiências que estimulem a curiosidade e a investigação, conectando as crianças ao mundo de maneira ativa e reflexiva.

Assim, ao integrar a cultura e a vida cotidiana ao planejamento pedagógico, em Lucas do Rio Verde, criam-se contextos de aprendizagem nos quais as crianças são incentivadas a explorar, criar e se desenvolver plenamente, contribuindo para uma formação integral e significativa.

O processo de inserção

O início da vida escolar da criança é um período de extrema sensibilidade, tanto para ela quanto para a família, podendo, por vezes, ser vivido de forma conflituosa por ambos. A inserção é compreendida como o momento em que a criança ingressa na instituição de ensino e, por isso, exige maior sensibilidade de todos os envolvidos. Ao receber a criança, é essencial que os profissionais da instituição tenham um olhar atento e cuidadoso, buscando compreender suas reações e comportamentos. Além das mudanças em sua rotina, a criança se depara com um ambiente novo e desconhecido.

A inserção das crianças de 0 a 3 anos no ambiente escolar deve ocorrer de forma gradativa, garantindo tempo para acomodação e adaptação à nova rotina – princípio igualmente válido para crianças de 4 a 5 anos, que também necessitam desse processo gradual.

De acordo com os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil, vol. 01 (1998, p. 79-80):



“O ingresso das crianças nas instituições pode criar ansiedade tanto para elas e para seus pais como para os professores. As reações podem variar muito, tanto em relação às manifestações emocionais quanto ao tempo necessário para se efetivar o processo.”

Nesse início de jornada, a participação da família junto à instituição de Educação Infantil é fundamental para o sucesso, a satisfação e o bem-estar da criança. As informações fornecidas pelos pais durante entrevistas e/ou reuniões periódicas são essenciais para estabelecer vínculos e garantir proximidade com a família. Durante esse diálogo, os responsáveis devem ser orientados sobre o regime de funcionamento da instituição (regras e normas administrativas) e ter acesso ao planejamento de ações que favoreçam sua participação na vida escolar da criança. Assim, compreendem melhor o processo de aprendizagem e desenvolvimento infantil, fortalecendo sua confiança na instituição.

A dinâmica de acolhimento

O acolhimento é o período em que a criança e sua família são recebidas pelos profissionais da instituição de ensino. Esse momento é muito significativo para a família, especialmente devido à separação. Para a criança, é um acontecimento especial, delicado e essencial, que exige cuidado e sensibilidade dos educadores.

A acolhida deve ser calorosa, afetuosa, paciente e acolhedora, de modo que a criança perceba o cuidado e o carinho dos profissionais e sinta a segurança necessária para estar tranquila no ambiente escolar. A criança deve sentir-se acolhida em todos os momentos em que estiver no espaço educativo, garantindo a percepção de que os profissionais estão sempre a serviço de seu bem-estar físico, social e cognitivo.

Para as famílias, a separação também representa um desafio. Assim, a instituição deve assegurar ações e estratégias no planejamento pedagógico que estreitem os laços entre família e escola, contribuindo para que esse processo seja vivido da forma mais tranquila possível, transmitindo segurança e acolhimento a todos.

O processo de adaptação

A adaptação é parte integrante do desenvolvimento humano, pois estamos continuamente nos ajustando a novas situações e experiências. Para a criança, esse processo é ainda mais delicado, pois, além de se adaptar ao novo ambiente, precisa compreender uma série de situações cotidianas que são inéditas em seu universo e que exigem tempo de assimilação. Cabe ao educador atuar como mediador desses acontecimentos, que podem parecer simples para o adulto, mas que são, muitas vezes, complexos para a criança.

Para enriquecer as experiências cotidianas das crianças, pais, responsáveis e educadores devem atuar como parceiros na caminhada da formação educacional. Para isso, é preciso desenvolver ações e projetos de integração entre família e instituição. Essa parceria fortalece vínculos, promove respeito mútuo, confiabilidade e cooperação – aspectos fundamentais para o sucesso educativo e para a segurança emocional da criança no ambiente escolar.

Assim, para que a adaptação escolar seja bem-sucedida, é fundamental que a instituição e a família atuem de maneira colaborativa, equilibrando as mudanças introduzidas com a continuidade das aprendizagens e o acolhimento sensível. O ingresso na nova etapa deve ser construído por meio de ações pedagógicas dinâmicas, seguras e significativas para a criança.

O valor estético e a diversidade cultural na formação das crianças

A estética na Educação Infantil é um processo formativo que valoriza a sensibilidade, a criatividade, a ludicidade e a liberdade de expressão, sendo fundamental para o desenvolvimento integral das crianças. Um espaço organizado e esteticamente agradável inspira e estimula a curiosidade natural dos pequenos, facilitando a aprendizagem e contribuindo para o desenvolvimento emocional (Edwards, Gandini e Forman, 1999).

O valor estético aguça o olhar da criança, desenvolvendo sua capacidade de pensamento crítico, ampliando seu repertório cultural e favorecendo a originalidade e a imaginação. Ao se sentirem livres para expressar suas ideias, as crianças aprendem a realizar novas leituras do mundo, valorizando e respeitando diferentes formas de encantamento, culturas e estilos de vida. Conforme afirmam Edwards, Gandini e Forman (1999), essa experiência estética abre espaços para que a criança compreenda e interaja com a diversidade cultural presente em seu ambiente.

Portanto, o compromisso com o valor estético na Educação Infantil vai além de aulas de arte; ele permeia o cotidiano da criança – presente nos jogos, nas experiências, nas histórias e em todos os momentos de interação com aprendizagens diversas – tornando a experiência educativa mais ampla simbolicamente e mais significativa (Kishimoto, 2011). Aqui, incluem-se atividades que incentivam a expressão pessoal e a exploração sensorial.

Em Lucas do Rio Verde, é essencial que a estética nas instituições de Educação Infantil se manifeste em todos os tempos e espaços: na cantina, no pátio, nos corredores, no refeitório, no parque, nos espaços de referência e nos ateliês. Essa composição estética positiva pode impactar significativamente o processo de aprendizagem das crianças, criando um ambiente que favorece a imaginação e a criatividade (Vecchi, 2017).

Assim, investir em ambientes esteticamente agradáveis e culturalmente ricos é fundamental para proporcionar experiências que contribuam para o desenvolvimento integral das crianças, promovendo uma educação que valoriza a diversidade e a expressão individual.

A rotina como organizadora da ação pedagógica

As propostas contemporâneas de Educação Infantil têm colocado em evidência a rotina e o cotidiano, reconhecendo sua importância no desenvolvimento das crianças. Barbosa (2006) descreve as rotinas como produtos culturais que organizam o dia a dia. Em suas palavras:



“As rotinas podem ser vistas como produtos culturais criados, produzidos e reproduzidos no dia a dia, tendo como objetivo a organização da cotidianidade. [...] É preciso certas ações que, com o decorrer do tempo, tornam-se automatizadas, pois é necessário ter modos de organizar a vida. Do contrário, seria difícil viver, se todos os dias fosse necessário refletir sobre todos os aspectos dos atos cotidianos.” (p. 37)

Na Educação Infantil, a rotina é condição fundamental para o desenvolvimento e a aprendizagem. As creches e pré-escolas estabelecem um conjunto de atividades que orientam o trabalho dos educadores, das crianças e da comunidade. Muitas vezes, essa rotina é constituída por uma sequência linear de atividades programadas, realizadas de maneira consciente e inconsciente. Embora a estruturação da rotina pedagógica seja geralmente determinada pelo adulto, isso não impede que ocorram interações, flexibilizações e ressignificações entre adultos, crianças, materiais e espaços. Assim, o ambiente é continuamente transformado pelas relações vividas no cotidiano.

A rotina, além de ser uma prática organizacional, constitui uma oportunidade singular para desenvolver valores e habilidades sociais, emocionais e cognitivas, contribuindo para a autonomia moral das crianças (Piaget, 2010).

A BNCC (Brasil, 2018) também estabelece diretrizes claras para a organização da rotina na Educação Infantil, enfatizando a importância de um ambiente estruturado que considere o desenvolvimento integral da criança.

Considerando que as crianças são o público-alvo central da Educação Infantil, todo o contexto educacional deve garantir segurança, equidade e respeito às peculiaridades de cada uma. Desse modo, a rotina se configura como um conjunto de atividades sistematizadas pelos educadores e realizadas pelas crianças, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) de cada instituição.

A rotina diária, enquanto instrumento de aprendizagem, deve ser flexível e promotora de cultura, contemplando o desenvolvimento integral, cultural e social da criança por meio de ações cotidianas que incentivem a literatura e o brincar – incluindo brincadeiras livres, cooperativas, jogos e atividades em espaços externos – além da exploração de diferentes linguagens ao longo da semana, como música, grafismo, pintura, modelagem, dança e dramatização. Também são importantes os momentos de assembleia, que promovem conversas e partilhas sobre a rotina, a alimentação e as produções das crianças.

A rotina deve ser complementada por atividades estruturadas que promovam as dimensões do desenvolvimento infantil de maneira significativa. Quando as atividades são verdadeiramente relevantes para as crianças, elas conseguem construir significados e estabelecer vínculos entre novas aprendizagens e seus conhecimentos prévios. A esse respeito, Fantin (2000) destaca que “quando a atividade é de fato significativa para a criança [...] ela torna-se um sujeito ativo – que cria condições, se organiza, resolve problemas, discute, coopera em função de um objetivo comum” (p. 144).

A rotina está diretamente ligada à cultura. Ao vivenciá-la em interações com pares e adultos, as crianças constroem um repertório cultural que resulta de ações cotidianas e evidencia uma pedagogia potente para a educação infantil. Portanto, a rotina na educação infantil vai além de um aspecto organizacional das creches e pré-escolas; ela é essencial para a segurança e para a autonomia das crianças. O educador, ao atuar como mediador, compreendendo seu entorno e a singularidade de cada criança, elabora cuidadosamente a rotina, levando em consideração elementos contextuais e as particularidades do universo infantil.

Os espaços e materialidades

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Brasil, 2010), a organização dos tempos e espaços promove a interação, a brincadeira, a exploração e a experimentação pelas crianças. As diretrizes ressaltam que os ambientes devem ser seguros, acolhedores e desafiadores, estimulando a curiosidade e o interesse dos pequenos (Brasil, 2010).

Enfatizam, ainda, a importância de que os tempos sejam flexíveis e adequados à idade e às necessidades das crianças, possibilitando a vivência de diversas experiências ao longo do dia. O tempo dedicado ao cuidado pessoal, à alimentação e ao descanso deve ser respeitado, contribuindo para o bem-estar e o desenvolvimento integral infantil.

A relevância da organização do espaço escolar na aprendizagem é indiscutível. Um ambiente que atende às necessidades de desenvolvimento das crianças proporciona oportunidades para a brincadeira, elemento essencial para a infância. A brincadeira é um meio pelo qual as crianças desenvolvem habilidades sociais, cognitivas e emocionais, além de favorecer o pensamento e a linguagem (Vigotsky, 2007).

A educação infantil deve, portanto, ser voltada ao desenvolvimento integral da criança, considerando suas necessidades físicas, mentais e emocionais. O espaço físico precisa ser acolhedor, flexível e confortável, permitindo relações de bem-estar e experiências significativas. Nesse sentido, a qualidade do espaço externo também é fundamental. Organizar o ambiente externo da escola é essencial para criar contextos significativos nos quais as crianças possam interagir, explorando diferentes materiais e relações sociais. De acordo com Oliveira (2005), todos os espaços podem ser promotores da interação e da brincadeira, desde que devidamente planejados.

Ademais, a concepção de espaço escolar na Educação Infantil não deve ser vista como um mero local de brincadeiras e aprendizagem. Os ambientes revelam concepções sobre a criança e a infância, manifestando-se na forma como móveis, brinquedos e materiais são organizados. Essa organização não é neutra: ela envolve diversas relações interconectadas que influenciam diretamente o processo de ensino e aprendizagem.

Portanto, a organização do espaço na Educação Infantil deve ser entendida como parte integrante do currículo escolar, atuando como um parceiro pedagógico do educador – um terceiro educador. Cabe ao educador mediar os processos de aprendizagem e compreender a dinâmica do ambiente. Para isso, ele constrói cotidianamente, nas creches e pré-escolas, um espaço que reflita a cultura, as vivências e as necessidades dos adultos e das crianças que habitam esse contexto.

A cultura do escrito na educação infantil em seu universo de múltiplas linguagens

A linguagem é uma tecnologia humana (Everett, 2019) relacionada à comunicação – seja interpessoal ou mediada pelas múltiplas interações com o mundo. É importante considerar que existem muitas linguagens das quais os seres vivos fazem uso em seu processo constitutivo. A linguagem oral, a escrita, a corporal, a simbólica e a tecnológica são apenas alguns exemplos. Desde o ventre materno, interagimos com diferentes linguagens; e, após o nascimento, ampliamos nossas possibilidades comunicativas.

No contexto da Educação Infantil (0 a 5 anos e 11 meses), compreende-se que as linguagens estão associadas às especificidades da infância e se manifestam como processos de encontro com os conhecimentos existentes no mundo, bem como com os saberes produzidos nas interações dessas crianças com seu entorno. Assim, não se trata apenas da inserção de bebês e crianças no mundo, mas de como eles se comunicam com seus pares, com a sociedade e com a cultura.

Considerando esses apontamentos, a cultura do escrito (Brasil, 2016) na Educação Infantil deve respeitar a integralidade do ser e seu processo de aquisição e apropriação das práticas comunicativas e das interações que delas decorrem.

Desse modo, a Educação Infantil em Lucas do Rio Verde, a partir da leitura do mundo, assume funções importantes, tais como:



“[...] ampliar as experiências das crianças; dar oportunidade para elas narrarem o vivido, o observado, o sentido, o imaginado; criar um coletivo de ouvintes capazes de continuar a história uns dos outros; buscar diferentes formas de registrar as experiências individuais e coletivas do grupo/turma; tratar ciência, arte e vida de forma unificada, ou seja, não fragmentar esses campos da cultura humana e não estabelecer uma relação mecânica entre eles” (Brasil, 2016, p. 22).

Assim, a cultura do escrito na Educação Infantil envolve as ações de leitura e escrita, a relação com objetos portadores de texto, o uso de mídias e tecnologias e a linguagem verbal, entendidos como bens culturais aos quais bebês e crianças têm direito de acesso (RME-NH, 2020).

A linguagem oral e escrita se expressa por meio da leitura, da contação de histórias – literárias ou inventadas –, de relatos, do canto e da criação de músicas, das brincadeiras com diferentes gêneros textuais e suportes escritos, da expressão de pontos de vista e ideias, da diferenciação de conceitos e do manuseio de livros. Inclui, também, escritas espontâneas, experiências com o grafismo e constantes relações entre leitura de mundo e função social da escrita. Ressalta-se, conforme a BNCC (Brasil, 2018), que a sistematização alfabética não é papel da Educação Infantil.

Na cultura do escrito, as crianças pequenas e bem pequenas ampliam seus repertórios culturais, regionais e globais; produzem conhecimentos; e expandem suas diversas linguagens. Assim, têm oportunidades de apropriar-se do mundo e atuar nele, efetivando seus direitos como cidadãs.

Inserir a criança na cultura escrita é reconhecer seu direito de pertencer ao universo das palavras, textos, histórias e linguagens. É compreender que a escrita não é apenas uma técnica a ser ensinada, mas uma prática cultural e social que permite às crianças significar o mundo, comunicar-se e participar da vida em comunidade.

Na Educação Infantil, falar de cultura escrita é falar de presença, escuta e partilha. É garantir que as crianças tenham acesso a livros, cartazes, listas, bilhetes, receitas, teclados, agendas e tantos outros portadores de texto que circulam no cotidiano. A escrita está nas paredes, nas mãos e nos olhos curiosos que desejam decifrar o que ainda não sabem – e, nesse processo, constroem hipóteses, descobertas e encantamentos.

Toda criança tem o direito de ouvir e ler histórias todos os dias – seja por meio de imagens, seja pelas vozes que as narram. Tem o direito de usar o acervo da biblioteca ou da sala de referência, reconhecer e escrever seu nome, brincar com letras móveis, cantar, dramatizar e se expressar graficamente, com valorização de seus traços, rabiscos e escritas iniciais.

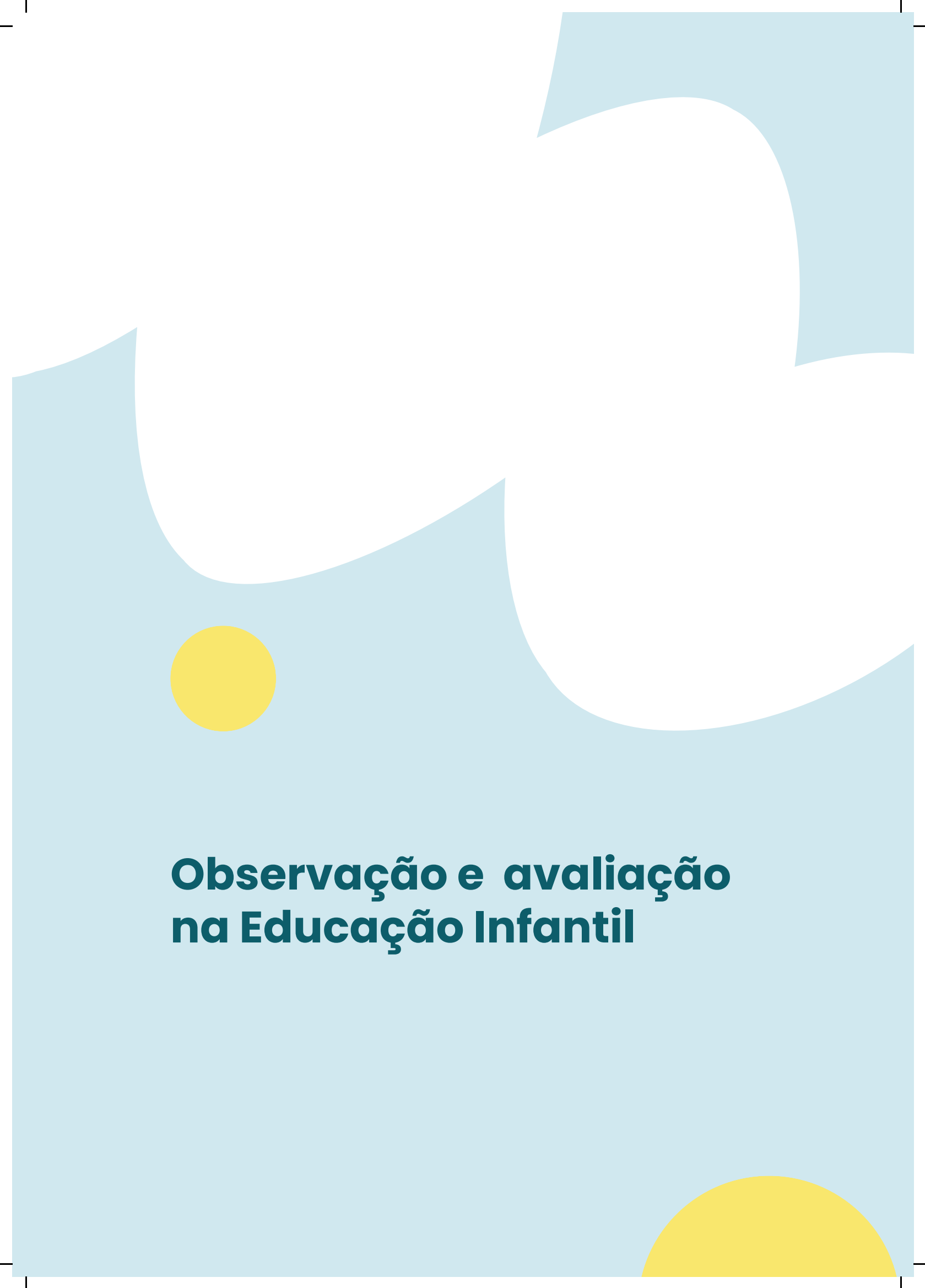
Esses direitos não são privilégios, mas condições fundamentais para o desenvolvimento da linguagem e da subjetividade. São, também, parte da formação cidadã, pois permitem que a criança perceba o poder simbólico da escrita na sociedade e compreenda suas funções sociais e comunicativas.

A Educação Infantil deve ser um território fértil de interações com a cultura escrita, no qual o adulto atua como mediador atento – aquele que lê, provoca, escuta e cria situações significativas de leitura e escrita em contextos de brincadeira, imaginação e vida cotidiana.

Cada momento de leitura, contação de histórias, escrita espontânea ou brincadeira simbólica amplia o repertório das crianças e as convida a pensar: Quem escreve? Para quê? Onde estão as letras do meu nome? Como as palavras vivem no mundo?

Mais do que preparar para a alfabetização formal, a Educação Infantil inaugura a sensibilidade para o texto, o gosto pela palavra e a consciência do próprio dizer. É nesse chão de descobertas que se tecem os primeiros fios da autoria, da curiosidade e da autonomia intelectual.

Garantir que cada criança tenha acesso à cultura escrita é, portanto, afirmar seu direito de ser autora do mundo – de imaginar, criar e se reconhecer nas palavras que, um dia, também serão suas.



Observação e avaliação na Educação Infantil

A observação atenta na Educação Infantil possibilita que o educador compreenda profundamente as necessidades, interesses e modos de aprendizagem das crianças. Diversos autores da literatura pedagógica reforçam a importância de uma observação intencional e sistemática para a criação de práticas pedagógicas que respeitem a individualidade e o desenvolvimento integral das crianças.

Segundo Oliveira (2010), a observação é indispensável para que o educador identifique e registre os avanços e desafios das crianças, facilitando o planejamento de atividades que realmente dialoguem com suas necessidades e contextos. Por meio dessa prática, o educador ajusta continuamente o ambiente de aprendizagem e a abordagem pedagógica, garantindo que estejam em consonância com o processo de desenvolvimento de cada criança.

Para Barbosa e Horn (2008), a observação atenta representa uma forma de escuta ativa do educador, que se coloca aberto a compreender as expressões, falas e comportamentos das crianças. Esse tipo de observação requer que o educador se distancie de preconceitos e julgamentos, buscando interpretar os significados presentes nas ações infantis. Assim, a observação atenta se torna um caminho para conhecer e valorizar as diferentes formas de expressão e comunicação de cada criança, condição necessária para a criação de contextos educativos inclusivos e acolhedores.

Em relação ao registro das observações, Kishimoto (2011) argumenta que documentar as interações e as descobertas das crianças, por meio de instrumentos como portfólios, constitui a base do processo de planejamento pedagógico, além de compartilhar o percurso de aprendizagem com as famílias. Esses registros abrem espaço para a análise crítica das práticas e do progresso das crianças ao longo do tempo, favorecendo uma ação pedagógica mais consciente e intencional.

De modo geral, a observação atenta é uma prática que valoriza o protagonismo da criança e fortalece o papel do educador como mediador da aprendizagem. Ao observar cuidadosamente, o educador coleta informações fundamentais para organizar experiências lúdicas e significativas, orientadas ao desenvolvimento integral das crianças.

Quanto às bases legais, a avaliação na Educação Infantil é orientada por três principais documentos: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs, 2010) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018). Embora interligados, esses textos apresentam enfoques complementares sobre a avaliação.

A LDBEN trata o tema como um processo de acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças (art. 31). As DCNEIs ampliam essa compreensão, incluindo tanto aprendizagem quanto desenvolvimento, e orientam a observação crítica e criativa das crianças em suas atividades cotidianas, com uso de múltiplos registros (relatórios, desenhos, fotografias etc.), enfatizando a documentação pedagógica como forma de comunicação com as famílias (BRASIL, 2010).

A BNCC, por sua vez, valoriza a trajetória individual e coletiva das crianças e propõe que a avaliação seja contínua, descritiva e formativa, com registros realizados em diferentes momentos do cotidiano. O documento reforça as noções de “acompanhamento” e “monitoramento”, priorizando a análise das práticas e do ambiente educativo, em vez de classificações sobre as crianças (BRASIL, 2018). Essa escolha reduz o risco de que a avaliação seja executada de maneira conteudista, preservando a perspectiva do desenvolvimento integral prevista na LDBEN.

As três normativas convergem ao afirmar que a avaliação não deve ter caráter classificatório, comparativo ou de retenção, mas servir como instrumento de reflexão e reorganização das práticas pedagógicas. Conforme Fochi (2019), a documentação pedagógica deve ser entendida como uma estratégia reflexiva e relacional, que transforma o modo como adultos e crianças constroem conhecimento e comunicam aprendizagens. Assim, o processo avaliativo torna-se participativo e democrático, envolvendo educadores, crianças e famílias (OLIVEIRA-FORMOSINHO; PASCAL, 2019).

Também estabelecido pela LDBEN, tem-se que “a avaliação deve acontecer mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental” (BRASIL, 1996, Art. 31, I). Nesse sentido, o foco está em compreender, acompanhar e documentar o processo de desenvolvimento das crianças – e não classificá-las por meio de notas ou conceitos, considerando que o aprendizado não se dá de forma linear.

Como destacado, a observação do educador é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento de um olhar sensível, que envolve atenção e presença, visando ao aperfeiçoamento da prática pedagógica. O registro das observações auxilia na construção da criticidade docente diante das experiências, brincadeiras e interações cotidianas das crianças, considerando seus modos particulares de expressão, construção do pensamento e conhecimento, potenciais, interesses e necessidades.

A avaliação na Educação Infantil apoia uma compreensão processual da aprendizagem, adequada às singularidades do desenvolvimento infantil. Trata-se da forma pela qual, na prática cotidiana, observam-se os modos de aprender das crianças e se busca compreendê-los, utilizando o conjunto das informações obtidas para interpretar seus processos de desenvolvimento.

É importante salientar que é direito das famílias conhecer e acompanhar as conquistas e os processos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças. Para comunicar às famílias esses aspectos, é fundamental promover momentos de troca entre educadores e responsáveis, utilizando documentos que narrem o percurso de aprendizagem e desenvolvimento da criança, na perspectiva da avaliação participativa e compartilhada.

Portanto, a avaliação na Educação Infantil em Lucas do Rio Verde deve ser vista como uma jornada compartilhada de descoberta e crescimento, na qual o foco está no bem-estar e no desenvolvimento integral das crianças, garantindo que elas sejam as verdadeiras protagonistas de sua própria aprendizagem.

A criança e as práticas educativas na educação infantil

Na educação infantil, a vida cotidiana é composta pelas experiências e rotinas que integram o dia a dia das crianças nas creches e pré-escolas. Essas vivências são ricas em oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento, uma vez que a rotina proporciona segurança e previsibilidade, elementos essenciais para o bem-estar infantil (Barbosa, 2006).

Planejar um contexto educativo com base na vida cotidiana envolve considerar as necessidades e os interesses das crianças, organizando os espaços, materiais e tempos de forma a maximizar as possibilidades de aprendizagem. Para isso, o planejamento precisa ser flexível e aberto a incorporar as situações que emergem no cotidiano (Horn, 2017).

Os espaços na educação infantil devem ser planejados para promover a exploração, a autonomia e a interação. Ambientes acolhedores e desafiadores estimulam a curiosidade e a participação das crianças. Além disso, os materiais pedagógicos – variados, acessíveis e dispostos de forma atraente – são fundamentais para proporcionar diferentes formas de exploração e expressão. Elementos não estruturados, como sucatas e materiais naturais, incentivam a criatividade e a imaginação infantil.

A organização do tempo também deve respeitar o ritmo das crianças, equilibrando atividades dirigidas com momentos de brincadeira livre. Trata-se de oferecer tempo suficiente para que elas se envolvam profundamente nas atividades.

As atividades de atenção pessoal, como higiene, alimentação e descanso, são oportunidades para desenvolver a autonomia e construir hábitos saudáveis. Inspirada nos princípios da abordagem Pikler, a prática do cuidado – como a alimentação e o descanso – torna-se um momento de interação e construção de vínculos afetivos. Pesquisas de Fochi (2023) mostram que essas microtransições, ou seja, os momentos de passagem entre atividades e espaços, são valiosas para o desenvolvimento emocional e social das crianças, promovendo autonomia e autoestima.

Somado a isso, um ambiente acolhedor oferece segurança emocional para que a criança exerça sua autonomia e criatividade, favorecendo tanto o desenvolvimento quanto a aprendizagem. Segundo Rinaldi (2012), as crianças são pesquisadoras natas, curiosas e capazes de construir suas próprias interpretações do mundo. Nas atividades de investigação, elas exploram o ambiente, manipulam materiais diversos e enfrentam desafios, desenvolvendo habilidades que abrangem dimensões cognitivas, emocionais e sociais.

Integrar os conhecimentos das crianças aos saberes culturais é essencial para uma educação significativa. Como afirma Freire (1996), a educação libertadora se constrói na relação entre o conhecimento popular e o científico, permitindo que a criança compreenda e valorize sua própria cultura.

Desde bebês, as crianças exploram o mundo por meio dos sentidos. Portanto, proporcionar ambientes ricos em estímulos sensoriais é fundamental para o desenvolvimento nessa fase. As crianças pequenas utilizam o brincar como forma de investigar e compreender o mundo, e as atividades lúdicas e exploratórias são indispensáveis para favorecer esse processo.

Ao integrar o cotidiano e a cultura nas práticas educativas, a educação infantil em Lucas do Rio Verde cria contextos nos quais as crianças se sentem seguras para aprender e crescer, explorando o mundo e valorizando seus saberes culturais em um ambiente de liberdade e acolhimento.

As crianças e o conhecimento humano na Escola da Infância

Articular os saberes e as experiências das crianças com o patrimônio sistematizado pela humanidade é reconhecer que a infância não é um ponto de partida vazio, mas um território repleto de significados, histórias e sensibilidades. Cada criança traz em si o eco das vozes de sua comunidade – os gestos herdados, as palavras que nomeiam o mundo, as danças e os silêncios que moldam identidades.

Quando a escola se abre para o diálogo entre o que a humanidade produziu e o que as crianças vivenciam em seu cotidiano, ela se torna um espaço de encontro entre o vivido e o legado, entre o saber sensível e o conhecimento sistematizado.

O patrimônio cultural – material e imaterial – é uma herança de significados: modos de fazer, rituais, celebrações, canções, receitas, festas, saberes artesanais e obras de arte que revelam quem somos. Introduzir as crianças nesse universo não significa apenas transmitir informações, mas oferecer experiências que ampliem seu repertório simbólico, estético e emocional.

Por isso, a escola da infância precisa superar um currículo fragmentado e distante da cultura viva da comunidade. Pensar o cotidiano escolar é compreender que o trabalho com o patrimônio cultural e científico não é um complemento do currículo – é o seu centro vital. Afinal, formamos sujeitos capazes de reconhecer o mundo e seu valor simbólico, compreendendo que cada expressão humana é também um gesto de memória e criação.

Educar, nesse sentido, é tecer o fio entre o que a humanidade sonhou e o que as crianças reinventam todos os dias.

A articulação entre os Campos de Experiências e os Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento na Educação Infantil

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2018, estabelece os direitos de aprendizagem e desenvolvimento que devem ser assegurados a todas as crianças brasileiras, desde o nascimento até os cinco anos de idade, organizando a Educação Infantil em Campos de Experiências. Esses campos constituem eixos estruturantes das práticas pedagógicas e expressam dimensões essenciais da formação humana, integrando saberes, afetos, linguagens e interações que configuram as múltiplas formas de ser, pensar e agir das crianças.

No Documento de Referência Curricular para a Educação Infantil de Lucas do Rio Verde, a apresentação dos Campos de Experiências e dos respectivos Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento tem como finalidade orientar o planejamento, a observação e a documentação das práticas educativas, de modo que cada instituição de ensino possa construir propostas pedagógicas coerentes com o contexto sociocultural local, respeitando o tempo e o modo de ser das crianças luverdenses.

A BNCC organiza os Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento em cinco Campos de Experiências, cada um configurado como um território de vivências, interações e descobertas. Neles, as crianças são incentivadas a construir significados sobre si mesmas, sobre o outro e sobre o mundo que as cerca, por meio do brincar, da convivência e da exploração. Esses campos não representam conteúdos isolados, mas dimensões amplas de sentido que orientam a ação pedagógica e garantem que as aprendizagens ocorram de forma integral, interdisciplinar e significativa.

Os Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento correspondem às conquistas esperadas das crianças em cada faixa etária (bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas) e visam assegurar o desenvolvimento integral, conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996). Tais objetivos expressam processos contínuos de aprendizagem, e não metas estanques, devendo ser compreendidos como referências para o acompanhamento e o planejamento pedagógico – e não como instrumentos de avaliação classificatória.

Assim, a tabela a seguir sintetiza os Campos de Experiências e os Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento propostos pela BNCC, servindo como instrumento de referência para a elaboração de currículos, planos de trabalho e práticas pedagógicas no município de Lucas do Rio Verde. Busca-se, com isso, garantir o direito das crianças de aprender, brincar e se desenvolver em contextos educativos de qualidade, equidade e profundo respeito à infância.

Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)	
Campo de experiências	Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento
O eu, o outro e o nós	(EI01EO01) Perceber que suas ações têm efeitos nas outras crianças e nos adultos.
	(EI01EO02) Perceber as possibilidades e os limites de seu corpo nas brincadeiras e interações das quais participa.
	(EI01EO03) Interagir com crianças da mesma faixa etária e adultos ao explorar espaços, materiais, objetos, brinquedos.
	(EI01EO04) Comunicar necessidades, desejos e emoções, utilizando gestos, balbucios, palavras.
	(EI01EO05) Reconhecer seu corpo e expressar suas sensações em momentos de alimentação, higiene, brincadeira e descanso.
	(EI01EO06) Interagir com outras crianças da mesma faixa etária e adultos, adaptando-se ao convívio social.
Corpo, gestos e movimentos	(EI01CG01) Movimentar as partes do corpo para exprimir corporalmente emoções, necessidades e desejos.
	(EI01CG02) Experimentar as possibilidades corporais nas brincadeiras e interações em ambientes acolhedores e desafiantes.
	(EI01CG03) Imitar gestos e movimentos de outras crianças, adultos e animais.
	(EI01CG04) Participar do cuidado do seu corpo e da promoção do seu bem-estar.
	(EI01CG05) Utilizar os movimentos de preensão, encaixe e lançamento, ampliando suas possibilidades de manuseio de diferentes materiais e objetos.
Traços, sons, cores e formas	(EI01TS01) Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente.
	(EI01TS02) Traçar marcas gráficas, em diferentes suportes, usando instrumentos riscantes e tintas.
	(EI01TS03) Explorar diferentes fontes sonoras e materiais para acompanhar brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias.

Escuta, fala, pensamento e imaginação	(EI01EF01) Reconhecer quando é chamado por seu nome e reconhecer os nomes de pessoas com quem convive.
	(EI01EF02) Demonstrar interesse ao ouvir a leitura de poemas e a apresentação de músicas.
	(EI01EF03) Demonstrar interesse ao ouvir histórias lidas ou contadas, observando ilustrações e os movimentos de leitura do adulto-leitor (modo de segurar o portador e de virar as páginas).
	(EI01EF04) Reconhecer elementos das ilustrações de histórias, apontando-os, a pedido do adulto-leitor.
	(EI01EF05) Imitar as variações de entonação e gestos realizados pelos adultos, ao ler histórias e ao cantar.
	(EI01EF06) Comunicar-se com outras pessoas usando movimentos, gestos, balbucios, fala e outras formas de expressão.
	(EI01EF07) Conhecer e manipular materiais impressos e audiovisuais em diferentes portadores (livro, revista, gibi, jornal, cartaz, CD, tablet etc.).
	(EI01EF08) Participar de situações de escuta de textos em diferentes gêneros textuais (poemas, fábulas, contos, receitas, quadrinhos, anúncios etc.).
	(EI01EF09) Conhecer e manipular diferentes instrumentos e suportes de escrita.
Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações	(EI01ET01) Explorar e descobrir as propriedades de objetos e materiais (odor, cor, sabor, temperatura).
	(EI01ET02) Explorar relações de causa e efeito (transbordar, tingir, misturar, mover e remover etc.) na interação com o mundo físico.
	(EI01ET03) Explorar o ambiente pela ação e observação, manipulando, experimentando e fazendo descobertas.
	(EI01ET04) Manipular, experimentar, arrumar e explorar o espaço por meio de experiências de deslocamentos de si e dos objetos.
	(EI01ET05) Manipular materiais diversos e variados para comparar as diferenças e semelhanças entre eles.
	(EI01ET06) Vivenciar diferentes ritmos, velocidades e fluxos nas interações e brincadeiras (em danças, balanços, escorregadores etc.).

Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)

Campo de experiências	Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento
O eu, o outro e o nós	(EI02EO01) Demonstrar atitudes de cuidado e solidariedade na interação com crianças e adultos.
	(EI02EO02) Demonstrar imagem positiva de si e confiança em sua capacidade para enfrentar dificuldades e desafios.
	(EI02EO03) Compartilhar os objetos e os espaços com crianças da mesma faixa etária e adultos.
	(EI02EO04) Comunicar-se com os colegas e os adultos, buscando compreendê-los e fazendo-se compreender.
	(EI02EO05) Perceber que as pessoas têm características físicas diferentes, respeitando essas diferenças.
	(EI02EO06) Respeitar regras básicas de convívio social nas interações e brincadeiras.
	(EI02EO07) Resolver conflitos nas interações e brincadeiras, com a orientação de um adulto.
Corpo, gestos e movimentos	(EI02CG01) Apropriar-se de gestos e movimentos de sua cultura no cuidado de si e nos jogos e brincadeiras.
	(EI02CG02) Deslocar seu corpo no espaço, orientando-se por noções como em frente, atrás, no alto, embaixo, dentro, fora etc., ao se envolver em brincadeiras e atividades de diferentes naturezas.
	(EI02CG03) Explorar formas de deslocamento no espaço (pular, saltar, dançar), combinando movimentos e seguindo orientações.
	(EI02CG04) Demonstrar progressiva independência no cuidado do seu corpo.
	(EI02CG05) Desenvolver progressivamente as habilidades manuais, adquirindo controle para desenhar, pintar, rasgar, folhear, entre outros.
Traços, sons, cores e formas	(EI02TS01) Criar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais, para acompanhar diversos ritmos de música.
	(EI02TS02) Utilizar materiais variados com possibilidades de manipulação (argila, massa de modelar), explorando cores, texturas, superfícies, planos, formas e volumes ao criar objetos tridimensionais.
	(EI02TS03) Utilizar diferentes fontes sonoras disponíveis no ambiente em brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias.
Escuta, fala, pensamento e imaginação	(EI02EF01) Dialogar com crianças e adultos, expressando seus desejos, necessidades, sentimentos e opiniões.
	(EI02EF02) Identificar e criar diferentes sons e reconhecer rimas e aliterações em cantigas de roda e textos poéticos.
	(EI02EF03) Demonstrar interesse e atenção ao ouvir a leitura de histórias e outros textos, diferenciando escrita de ilustrações, e acompanhando, com orientação do adulto-leitor, a direção da leitura (de cima para baixo, da esquerda para a direita).

	(EI02EF04) Formular e responder perguntas sobre fatos da história narrada, identificando cenários, personagens e principais acontecimentos.
	(EI02EF05) Relatar experiências e fatos acontecidos, histórias ouvidas, filmes ou peças teatrais assistidos etc.
	(EI02EF06) Criar e contar histórias oralmente, com base em imagens ou temas sugeridos.
	(EI02EF07) Manusear diferentes portadores textuais, demonstrando reconhecer seus usos sociais.
	(EI02EF08) Manipular textos e participar de situações de escuta para ampliar seu contato com diferentes gêneros textuais (parlendas, histórias de aventura, tirinhas, cartazes de sala, cardápios, notícias etc.).
	(EI02EF09) Manusear diferentes instrumentos e suportes de escrita para desenhar, traçar letras e outros sinais gráficos.
Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações	(EI02ET01) Explorar e descrever semelhanças e diferenças entre as características e propriedades dos objetos (textura, massa, tamanho).
	(EI02ET02) Observar, relatar e descrever incidentes do cotidiano e fenômenos naturais (luz solar, vento, chuva etc.).
	(EI02ET03) Compartilhar, com outras crianças, situações de cuidado de plantas e animais nos espaços da instituição e fora dela.
	(EI02ET04) Identificar relações espaciais (dentro e fora, em cima, embaixo, acima, abaixo, entre e do lado) e temporais (antes, durante e depois).
	(EI02ET05) Classificar objetos, considerando determinado atributo (tamanho, peso, cor, forma etc.).
	(EI02ET06) Utilizar conceitos básicos de tempo (agora, antes, durante, depois, ontem, hoje, amanhã, lento, rápido, depressa, devagar).
	(EI02ET07) Contar oralmente objetos, pessoas, livros etc., em contextos diversos.
	(EI02ET08) Registrar com números a quantidade de crianças (meninas e meninos, presentes e ausentes) e a quantidade de objetos da mesma natureza (bonecas, bolas, livros etc.).

Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses)	
Campo de experiências	Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento
O eu, o outro e o nós	(EI03EO01) Demonstrar empatia pelos outros, percebendo que as pessoas têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e agir.
	(EI03EO02) Agir de maneira independente, com confiança em suas capacidades, reconhecendo suas conquistas e limitações.
	(EI03EO03) Ampliar as relações interpessoais, desenvolvendo atitudes de participação e cooperação.
	(EI03EO04) Comunicar suas ideias e sentimentos a pessoas e grupos diversos.
	(EI03EO05) Demonstrar valorização das características de seu corpo e respeitar as características dos outros (crianças e adultos) com os quais convive.
	(EI03EO06) Manifestar interesse e respeito por diferentes culturas e modos de vida.
	(EI03EO07) Usar estratégias pautadas no respeito mútuo para lidar com conflitos nas interações com crianças e adultos.
Corpo, gestos e movimentos	(EI03CG01) Criar com o corpo formas diversificadas de expressão de sentimentos, sensações e emoções, tanto nas situações do cotidiano quanto em brincadeiras, dança, teatro, música.
	(EI03CG02) Demonstrar controle e adequação do uso de seu corpo em brincadeiras e jogos, escuta e reconto de histórias, atividades artísticas, entre outras possibilidades.
	(EI03CG03) Criar movimentos, gestos, olhares e mímicas em brincadeiras, jogos e atividades artísticas como dança, teatro e música.
	(EI03CG04) Adotar hábitos de autocuidado relacionados a higiene, alimentação, conforto e aparência.
	(EI03CG05) Coordenar suas habilidades manuais no atendimento adequado a seus interesses e necessidades em situações diversas.
Traços, sons, cores e formas	(EI03TS01) Utilizar sons produzidos por materiais, objetos e instrumentos musicais durante brincadeiras de faz de conta, encenações, criações musicais, festas.
	(EI03TS02) Expressar-se livremente por meio de desenho, pintura, colagem, dobradura e escultura, criando produções bidimensionais e tridimensionais.
	(EI03TS03) Reconhecer as qualidades do som (intensidade, duração, altura e timbre), utilizando-as em suas produções sonoras e ao ouvir músicas e sons.

Escuta, fala, pensamento e imaginação	(EI03EF01) Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da linguagem oral e escrita (escrita espontânea), de fotos, desenhos e outras formas de expressão.
	(EI03EF02) Inventar brincadeiras cantadas, poemas e canções, criando rimas, aliterações e ritmos.
	(EI03EF03) Escolher e folhear livros, procurando orientar-se por temas e ilustrações e tentando identificar palavras conhecidas.
	(EI03EF04) Recontar histórias ouvidas e planejar coletivamente roteiros de vídeos e de encenações, definindo os contextos, os personagens, a estrutura da história.
	(EI03EF05) Recontar histórias ouvidas para produção de reconto escrito, tendo o professor como escriba.
	(EI03EF06) Produzir suas próprias histórias orais e escritas (escrita espontânea), em situações com função social significativa.
	(EI03EF07) Levantar hipóteses sobre gêneros textuais veiculados em portadores conhecidos, recorrendo a estratégias de observação gráfica e/ou de leitura.
	(EI03EF08) Selecionar livros e textos de gêneros conhecidos para a leitura de um adulto e/ou para sua própria leitura (partindo de seu repertório sobre esses textos, como a recuperação pela memória, pela leitura das ilustrações etc.).
	(EI03EF09) Levantar hipóteses em relação à linguagem escrita, realizando registros de palavras e textos, por meio de escrita espontânea.
Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações	(EI03ET01) Estabelecer relações de comparação entre objetos, observando suas propriedades.
	(EI03ET02) Observar e descrever mudanças em diferentes materiais, resultantes de ações sobre eles, em experimentos envolvendo fenômenos naturais e artificiais.
	(EI03ET03) Identificar e selecionar fontes de informações, para responder a questões sobre a natureza, seus fenômenos, sua conservação.
	(EI03ET04) Registrar observações, manipulações e medidas, usando múltiplas linguagens (desenho, registro por números ou escrita espontânea), em diferentes suportes.
	(EI03ET05) Classificar objetos e figuras de acordo com suas semelhanças e diferenças.
	(EI03ET06) Relatar fatos importantes sobre seu nascimento e desenvolvimento, a história dos seus familiares e da sua comunidade.
	(EI03ET07) Relacionar números às suas respectivas quantidades e identificar o antes, o depois e o entre em uma sequência.
	(EI03ET08) Expressar medidas (peso, altura etc.), construindo gráficos básicos.

É importante ressaltar que a tabela acima apresenta a organização dos Campos de Experiência e os Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento, conforme definidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), devendo ser compreendida como instrumento orientador para o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das práticas pedagógicas na Educação Infantil.

Portanto, é fundamental compreender que os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento não constituem uma lista de conteúdos a serem ensinados de forma linear ou sequenciada, mas referências flexíveis e integradas que orientam o trabalho docente a partir das interações e brincadeiras – eixos estruturantes da Educação Infantil.

O uso da tabela deve considerar:

- 1.O planejamento de experiências significativas, articulando os campos de experiências aos contextos socioculturais das crianças, de modo que cada objetivo se concretize em situações de aprendizagem vivas, lúdicas e contextualizadas.
- 1.A observação e documentação do percurso das crianças, registrando suas conquistas, descobertas e modos singulares de expressão, considerando que os objetivos representam processos em movimento, e não resultados fixos.
- 2.A garantia da integração entre os campos de experiências, reconhecendo que o desenvolvimento infantil é global e contínuo, e que cada campo contribui de forma complementar para a formação integral da criança.
- 3.A promoção de práticas inclusivas e equitativas, respeitando as diferentes infâncias, culturas, ritmos e modos de aprender, assegurando que todas as crianças tenham acesso às experiências fundamentais para seu pleno desenvolvimento.
- 4.A reflexão coletiva com a equipe pedagógica sobre as experiências propostas, assegurando coerência entre as intenções do planejamento, as necessidades das crianças e as diretrizes do currículo municipal.
- 5.O registro e a avaliação formativa e descritiva, valorizando as manifestações das crianças e seus processos de aprendizagem, evitando comparações, classificações ou quantificações inadequadas à etapa da Educação Infantil.

Dessa forma, os Campos de Experiência e os Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento tornam-se referências vivas que orientam o fazer pedagógico, inspiram a reflexão docente e fortalecem o compromisso ético e político da rede municipal de Lucas do Rio Verde com uma Educação Infantil que respeita, valoriza e potencializa as infâncias em sua diversidade e potência criadora.

A Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental

A passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental é um momento delicado e significativo no percurso educativo das crianças. Esse processo deve assegurar continuidade, acolhimento e respeito às singularidades infantis, evitando rupturas que possam prejudicar seu desenvolvimento. Para isso, é fundamental que as práticas pedagógicas considerem o que as crianças já sabem, como aprendem e quais experiências acumulam ao longo da primeira etapa da Educação Básica.

A utilização de relatórios, portfólios e outros registros pedagógicos contribui para que os professores do Ensino Fundamental compreendam a trajetória, os interesses, as conquistas e os modos de ser de cada criança. Da mesma forma, o diálogo entre docentes das duas etapas, realizado por meio de encontros, visitas, trocas de materiais e conversas profissionais, fortalece a integração curricular e o planejamento de estratégias de acolhimento e adaptação.

Garantir uma transição cuidadosa implica equilibrar as novidades da nova etapa com a continuidade das aprendizagens já iniciadas, assegurando um ambiente afetivo, seguro e significativo para todos os educandos. Dessa forma, o ingresso no Ensino Fundamental não representa uma ruptura, mas a continuidade de um percurso educativo construído com respeito, sensibilidade e intencionalidade pedagógica.

Considerações Finais

A Educação Infantil, como primeira etapa da Educação Básica, tem função social definida pela legislação educacional brasileira e pelos marcos normativos que a orientam, em especial a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB nº 5/2009) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018).

O presente documento tem por finalidade oferecer subsídios teórico-metodológicos que orientem a organização do trabalho pedagógico nas instituições públicas de Lucas do Rio Verde, assegurando a efetivação do direito à aprendizagem e ao desenvolvimento integral de todas as crianças de 0 a 5 anos.

Conforme estabelecem os documentos oficiais, o objetivo da Educação Infantil é promover o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico, social, cultural e simbólico, em articulação indissociável com o cuidado, o brincar e as interações. Assim, o currículo deve ser compreendido como um conjunto de práticas que articulam saberes, experiências, valores e linguagens, assegurando o direito das crianças de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

A implementação deste documento requer o compromisso das instituições educacionais com os princípios éticos, estéticos e políticos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais:

- Princípio ético: orienta a formação de sujeitos autônomos, solidários e respeitosos quanto à diversidade e aos direitos humanos;
- Princípio estético: valoriza a sensibilidade, a imaginação, a criatividade e as múltiplas formas de expressão;
- Princípio político: reafirma a Educação Infantil como espaço de exercício da cidadania, da democracia e da equidade social.

Dessa forma, a prática pedagógica deve garantir experiências significativas, intencionais e contextualizadas, assegurando a inserção das crianças nas diferentes manifestações da cultura e promovendo o acesso ao patrimônio cultural, científico e artístico da humanidade. A organização do trabalho educativo deve considerar os tempos, espaços e materiais pedagógicos como elementos curriculares que favoreçam a exploração, a curiosidade, a expressão e a autonomia das crianças.

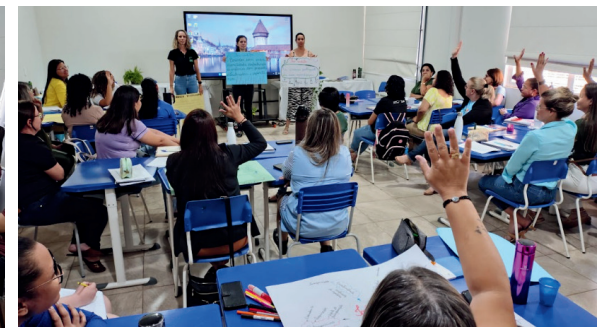
Por fim, este documento reitera que a Educação Infantil pública é um direito social inalienável, devendo ser ofertada com qualidade, equidade e intencionalidade pedagógica, em consonância com os princípios da gestão democrática e com o compromisso ético de valorização da infância.

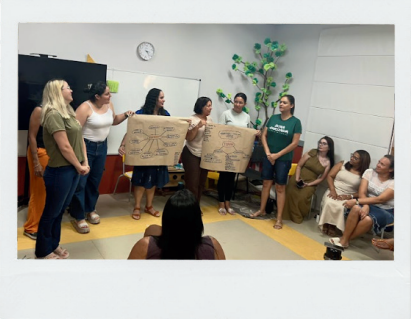
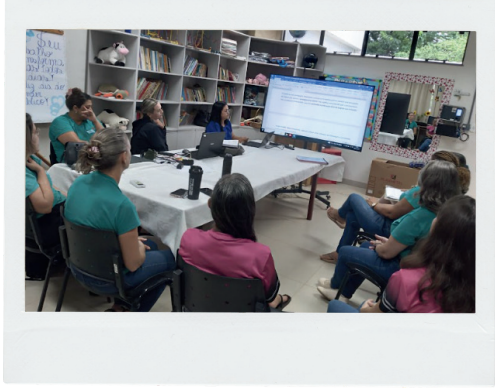
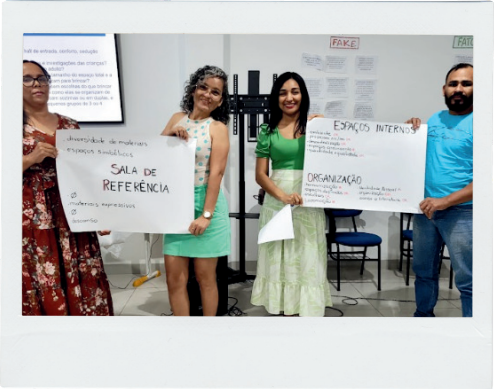
O fortalecimento de práticas coerentes com esses princípios exige formação continuada dos profissionais da educação, acompanhamento sistemático e avaliação formativa dos processos, garantindo a efetividade das políticas públicas voltadas à infância.

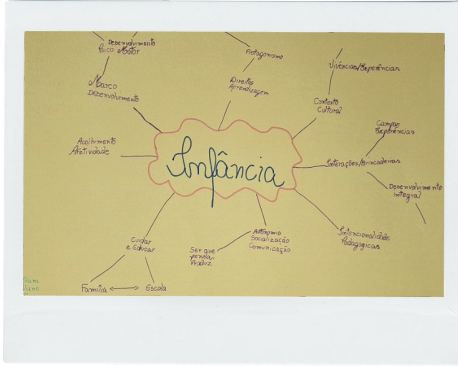
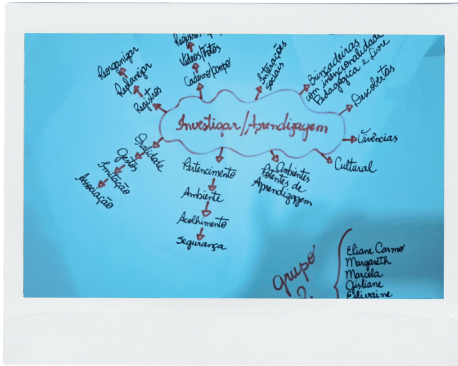
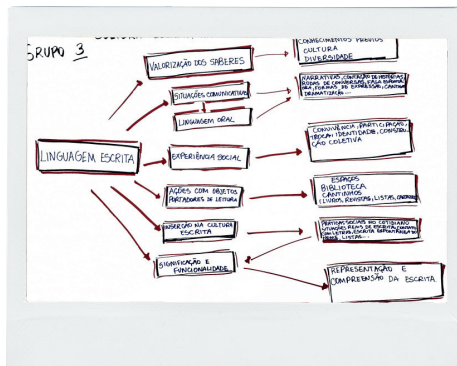
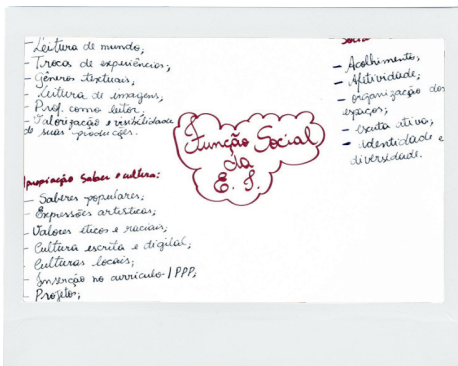
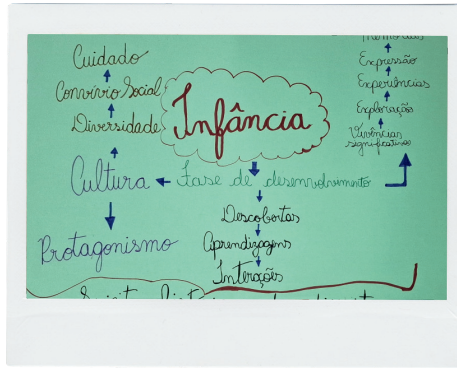
Assim, a consolidação deste documento representa um passo fundamental na construção de uma Educação Infantil comprometida com o desenvolvimento integral, a equidade, a cidadania e a garantia dos direitos de aprendizagem, reafirmando o papel da escola como espaço de promoção da infância, de produção de cultura e de formação humana integral.

Anexo

IMAGENS DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS COM A COMISSÃO DE ESTUDOS DO DOCUMENTO DE REFERÊNCIA CURRICULAR - DRC







Referências

ANDRÉ, Marli. Pesquisa, formação e prática docente. In: ANDRÉ, Marli (Org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 2002. p.55-68.

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2 ed. Tradução: Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Afiliada, 1981.

BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. G. S. Organização do espaço e do tempo na escola infantil. In: CRAIDY, C.; KAERCHER, G. E. (Org.). Educação infantil: pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 67-79.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Por amor e por força: rotinas na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Culturas infantis: contribuições e reflexões, Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 14, n. 43, p. 645-667, set./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/1870>. Acesso em: 20 out. 2024.

BRASIL. Decreto nº 12.083, de 27 de junho de 2024. Estabelece as diretrizes para a elaboração da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância e institui o seu Comitê Intersetorial. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D12083.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2012.083%2C%20DE%2027,institui%20o%20seu%20Comit%C3%AA%20Intersetorial. Acesso em: 20 out. 2024.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 19 out. 2024.

BRASIL. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

BRASIL. Plano Nacional Primeira Infância: 2010 - 2022 | 2020 - 2030. - 2 ed. Brasília, DF: Rede Nacional Primeira Infância (RNPI); ANDI Comunicação e Direitos, 2020.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 01, de 17 de outubro de 2024. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 out. 2024. Edição 205, Seção 1, p. 40.

BRASIL. Crianças como leitoras e autoras. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica, 2016. (Coleção Leitura e escrita na educação infantil; v. 5).



BRONFENBRENNER, Urie. (ed.). Making human beings human: Bioecological perspectives on human development. California: Sage Publications, 2005.

BROUGÈRE, G.; ULMANN, A. Aprender pela vida cotidiana. Campinas: Autores Associados, 2012.

BUEREN, Geraldine Van. The international law on the rights of the child. Dordrecht: M. Nijhoff, 1995.

CARVALHO, Ana M. A.; PEDROSA, Maria I.; ROSSETTI-FERREIRA, Maria C. Aprendendo com a criança de zero a seis anos. São Paulo: Cortez, 2012.

CORSARO, W. A. Sociologia da infância. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CUNNINGHAM, Hugh. Children and Childhood in Western Society Since 1500. 2. ed. Londres: Pearson Longman, 2005.

EVERETT, Daniel L. Linguagem: a história da maior invenção da humanidade. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

FANTIN, M. No mundo da brincadeira: jogo, brinquedo e cultura na educação infantil. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FOCHI, Paulo (org.). Vida cotidiana e microtransições: narrativas pedagógicas das escolas do observatório da cultura infantil – OBECI. 1 ed. São Paulo: Diálogos Embalados: OBECI, 2023.

GOLDSCHMIED, E., & JACKSON, S. (2006). Criando e Educando Crianças de 0 a 3 anos: O Brincar Heurístico. Porto Alegre: Artmed.

GOODSON, Ivor F. Currículo, narrativa pessoal e futuro social. 1. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2019.

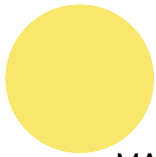
HORN, Maria da Graça Souza. Brincar e interagir nos espaços da educação infantil. Porto Alegre: Penso, 2017.

KISHIMOTO, T. M. (org.). O brincar e as suas teorias. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

KRAMER, Sônia; LEITE, Maria I.; NUNES, Maria F.; GUIMARÃES, Daniela (org.). Infância e educação infantil. Campinas: Papyrus, 1999.

KUHLMANN Jr. Moysés. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 2010.

MALAGUZZI, Loris. História, ideias e filosofia básica. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George (orgs.). As cem linguagens da criança: a 55 abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1999. p. 59-104.



MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer. Documento de Referência Curricular para Mato Grosso: Concepções para a Educação Básica. Cuiabá: SEDUC-MT, 2018.

MILLER, P. J. Theories of childhood: an introduction to the study of children's lives and their representation in culture. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

MONTESSORI, Maria. A criança. São Paulo: Círculo do Livro, 1936.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. Educação infantil: fundamentos e métodos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. Educação infantil: muitos olhares. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. A escola vista pelas crianças. Porto: Editora Porto, 2008.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; KISHIMOTO, Tizuko Morchida; PINAZZA, Mônica Apezato (Org.). Pedagogias(s) da infância: dialogando com o passado: construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos da Criança. Assembleia Geral da ONU, Resolução 44/25, de 20 de novembro de 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 19 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos da Criança. Assembleia Geral das Nações Unidas, Resolução 1386 (XIV), de 20 de novembro de 1959. Disponível em: www.unicef.org/brazil/media/22026/file/declaracao-dos-direitos-da-crianca1959.pdf. Acesso em: 19 out. 2024.

PIAGET, Jean. A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

PIORSKI, Gandhi. Brinquedos do chão: a natureza o imaginário e o brincar. São Paulo: Peirópolis, 2016.

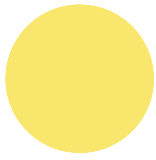
RINALDI, Carla. Diálogos com Reggio Emilia: escutar, investigar e aprender. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

ROGOFF, B. A natureza cultural do desenvolvimento humano. Porto Alegre: Artmed, 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Emílio, ou, Da educação. Tradução: Roberto Leal Ferreira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SARMENTO, M. J. As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In: SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. Crianças e miúdos: perspectivas sócio-pedagógicas da infância e educação. Porto: ASA, 2004.

VECCHI, Vea. Arte e Criatividade em Reggio Emilia. São Paulo: Editora Phorte, 2017.



VIGOTSKI, L. S. Imaginação e criação na infância. São Paulo: Ática, 2009. VIGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WALLON, H. A evolução psicológica da criança. Lisboa: Edições 70, 1999.

WOODHEAD, M. The challenge of childhood: a study of children's rights in the modern world. Londres: Routledge, 2010.

ZEICHNER, K.; LISTON, D. Reflective teaching: an introduction. New York: Routledge; Erlbaum, 1996.

SECRETARIA
DE **EDUCAÇÃO**



PREFEITURA
**LUCAS DO
RIO VERDE**